



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

LEANDRO NERY ALVES VARGAS

**ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS PARA PROJETOS
DE PREPARO DE TROPAS BRASILEIRAS PARA O
SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Brasília – DF

2020

LEANDRO NERY ALVES VARGAS

**ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS PARA PROJETOS DE PREPARO DE
TROPAS BRASILEIRAS PARA O SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à obtenção
do título de Especialista em Gestão de Projetos.

Professor Orientador: ALEXANDER MACHADO
DA SILVA - Mestre

Brasília – DF

2020

LEANDRO NERY ALVES VARGAS

**ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS PARA PROJETOS DE PREPARO DE
TROPAS BRASILEIRAS PARA O SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Especialização em Gestão de Projetos do aluno

LEANDRO NERY ALVES VARGAS

ALEXANDER MACHADO DA SILVA – Coronel
Professor-Orientador

Mestre MAURICIO ABE MACHADO
Professor-Examinador

Doutor ALEXANDRE GUERRA
Professor-Examinador

Brasília, 22 de setembro de 2020

Texto das dedicatórias. Texto das dedicatórias. Texto das dedicatórias. Texto das dedicatórias. Texto das dedicatórias. Texto das dedicatórias.

(A dedicatória é um elemento opcional em que o autor presta homenagem ou dedica o seu trabalho. Não deve conter título e seu corpo deve ter letras tamanho nº 12)

Ao meu querido filho

A minha esposa.....

Aos meus pais

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar os fatores de custos e prazos para o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força Paz do Brasil para atuar em prol de operações de paz, sob a égide das Nações Unidas (ONU). Para tal, o estudo procurou identificar as atividades de preparo dos batalhões desdobrados na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no período de 2004 a 2017, para compor o rol de ações para a estimativa de custos e dos prazos necessários ao preparo da tropa. Portanto, em 2015, as Nações Unidas substituíram o antigo sistema de prontidão por um mais eficaz evidenciando de modo mais eficiente e dinâmico a interação do país contribuinte de tropa com a ONU, chamado de Sistema de Prontidão das Capacidades das Nações Unidas (UNPCRS). Entretanto, o Brasil e o Exército Brasileiro não desdobraram um novo contingente tendo como base os níveis de aprestamento e de preparo sob esse novo sistema de prontidão. Para isso, o presente estudo tentou identificar as atividades de preparo dos batalhões brasileiros para a missão no Haiti e de acordo com as técnicas de gestão de projetos, padronizados no PMBOK e Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos do Exército Brasileiro (NEGAPEB), buscando levantar os custos e os prazos para o preparo, na nova sistemática de prontidão das Nações Unidas. Assim sendo, foi possível identificar as atividades constantes do preparo de um batalhão de infantaria a ser desdobrado em uma missão de paz, com os respectivos levantamentos de custos e prazos de acordo com as técnicas de estimativas constantes na literatura da gestão de projetos supracitada.

Palavras-chave: Preparo, Nações Unidas, UNPCRS, Batalhão de Infantaria, Custos, Prazos.

ABSTRACT

The proposed study aims to identify the factors related to costs and timeframe for the preparation of a Brazilian Peace Force Infantry Battalion to carry out peace operations, under the aegis of the United Nations (UN). To this end, this study identifies activities designed to prepare battalions deployed in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), from 2004 to 2017, in order to compose the list of actions necessary for estimating costs and amount of time required for troop preparation. Therefore, in 2015, the United Nations replaced the preceding readiness system with a more effective one—the United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS)—, highlighting the interaction between the Troop-Contributing Country (TCC) and the UN efficiently and dynamically. However, Brazil and the Brazilian Army have not deployed any contingent based on the levels of readiness and preparedness under this new readiness system. Thus, this study seeks to analyze the activities carried out in the preparation of Brazilian battalions for the mission in Haiti and in accordance with the application of project management techniques standardized in the PMBOK and the Norms for Elaboration, Management and Monitoring of Projects of the Brazilian Army (*NEGAPEB*, in Portuguese), so as to estimate costs and timeframe for preparation in accordance with the latest UN readiness system. Therefore, it was possible to identify the activities involved in the preparation of an infantry battalion to be deployed in a peacekeeping mission, with the respective cost and deadline surveys in accordance in the aforementioned project management literature.

Keywords: Preparation, United Nations, UNPCRS, Infantry Battalion, Costs, Timeframe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Missões em curso no mundo.....	12
Figura 2 - Modelagem do SISOMT	24
Figura 3 - Unidades do PCRS/2019	27
Figura 4 - Ranking dos países contribuinte de tropa (TCC)	28
Figura 5 - Resumo das etapas de geração de força para o PCRS, Noruega	33
Figura 6 - UN Light Infantry Battalion	38
Figura 7 - Estrutura do BI F Paz (L), desdobrado na MINUSTAH em 2017	38
Figura 8 - Cronograma das atividades de preparo do BRABAT 2/14	43
Figura 9 - Proposta de custos e prazos, para alcançar o Nível RDL (mínimo)	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 2 – Estimativa de Custos para a aquisição de Passagens Aéreas (R\$).....	55
Tabela 3 – Valores médios utilizados para explosivos e munições.....	56
Tabela 4 - Valores das diárias.....	56
Tabela 5 - Valores dos combustíveis	57
Tabela 6 – Valores utilizados para aluguéis variados	57
Tabela 7 - Atividades necessárias para a realização do EPCOEM.....	60
Tabela 8 – Resumo das atividades previstas para a elevação no Nível 2 do UNPCRS	61
Tabela 9 - Atividades previstas para a manutenção no Nível 2 do UNPCRS	62
Tabela 10 - Atividades previstas para a autocertificação no Nível 2 do UNPCRS	63
Tabela 11 - Atividades previstas para a elevação ao Nível 3 do UNPCRS.....	64
Tabela 12 - Atividades previstas para a elevação ao Nível RDL do UNPCRS.....	65
Tabela 13 - Atividades previstas para a manutenção no Nível Rapid Deployment Level (RDL).....	67
Tabela 14 - Atividades Pré-Desdobramento	68
Tabela 15 – Resumo das Atividades dos UNPCRS	69
Tabela 16 - Alocação dos recursos por Natureza de Despesas (somente os custos)	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.4 OBJETIVO GERAL	20
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
1.6 RELEVÂNCIA PARA O ESTUDO	21
2. REVISÃO TEÓRICA	23
2.1 SISTEMA E PRONTIDÃO OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE (SISPRON).....	23
2.2 SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS CAPACIDADES DA MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS.....	25
2.2.1 NÍVEL 1 PCRS (Registro).....	28
2.2.2 NÍVEL 2 PCRS	29
2.2.3 NÍVEL 3 PCRS	30
2.2.4 NÍVEL RAPID DEPLOYMENT LEVEL (RDL)	31
2.3 RELATÓRIOS CONSAGRADOS.....	33
2.4 CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB)	34
2.4.1 Estágio de Preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-maior de Organização Militar de Força de Paz (EPCOEM).....	35
2.4.2 Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidades e Pelotão (EPCOSUPel)	35
2.4.3 Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz	35
2.4.4 Estágio de Coordenação Civil-Militar (CIMIC)	35
2.4.5 Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares	36
2.4.6 Exercício Básico de Operações de Paz	36
2.4.7 Exercício Avançado de Operações de Paz.....	36
2.5 O BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ (LEVE)	37
2.6 PREPARO DE CONTINGENTES	40
2.7 CONCEITOS BÁSICOS DE PROJETOS	46
2.8 TÉCNICAS DE ESTIMATIVAS.....	47
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	49
3.1 TIPOLOGIA E DESCRIÇÃO GERAL DOS MÉTODOS DE PESQUISA.....	49
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DO ESTUDO	50
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA.....	50
3.4 CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	51
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS.....	52
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	54
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	71

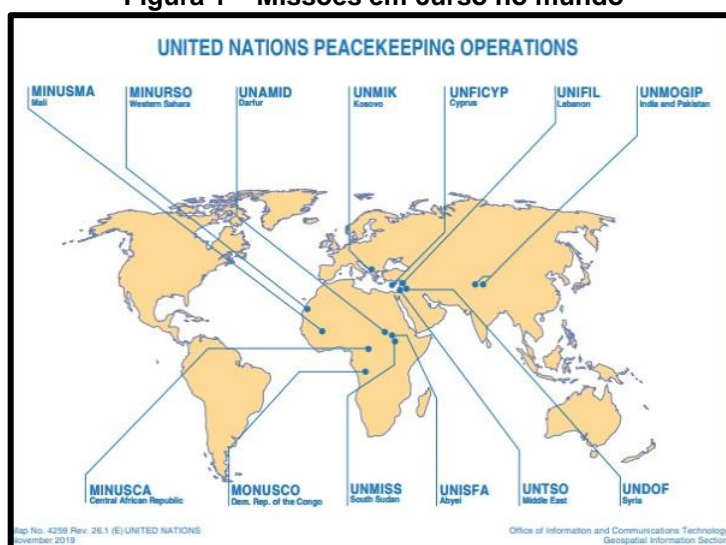
5.1 IDENTIFICAR AS ATIVIDADES NECESSÁRIAS AO PREPARO DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ (LEVE), SEGUNDO O SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS CAPACIDADES DA MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS (UNPCRS)	71
5.2 ESTIMAR OS CUSTOS E PRAZOS PARA A PREPARO DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ, COM BASE NO UNPCRS E DE ACORDO COM A METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS PREVISTA NA NEGAPEB (2013) E NA 6ª EDIÇÃO DO <i>PMBOK</i> (2017)	72
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES.....	82
APÊNDICE A – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO	83
APÊNDICE B – DICIONÁRIO DA EAP	1

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada no ano de 1945, logo após países que participaram da 2ª Grande Guerra, excluindo os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), verificarem a necessidade de evitar uma nova guerra, com proporções catastróficas iguais às identificadas na ocasião.

Hoje, de acordo com as Nações Unidas, em curso, existem 13 (treze) missões de paz com desdobramento de tropa e de observadores militares, com missões iniciadas em 1948, sendo a última a Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA), em 2014 (NAÇÕES UNIDAS, 2020). *United Nations* (2020) identifica as missões em curso, segundo figura abaixo extraída do seu site, em julho de 2020:

Figura 1 – Missões em curso no mundo



Fonte: site "https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/P_K_O.pdf"

O Brasil foi um dos 50 (cinquenta) países a assinar a Carta das Nações Unidas.

O Exército Brasileiro contribuiu com o envio de tropas para auxiliar na pacificação de conflitos, muito antes da criação da ONU, como a mediação do Conflito sul americano entre Colômbia e Peru, ocorrido no ano de 1926.

JUNGSMANN (2017) indica que a participação brasileira ficou mais evidenciada com o desdobramento de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT, sigla em inglês), na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) considerado um caso de sucesso, com a pacificação do Bairro de *Cité Soleil*, na capital

haitiana, considerado até então, o bairro mais perigoso do mundo. Esse desdobramento ocorreu no período de 2004 a 2017.

Desde então, várias oportunidades de participação brasileira foram evidenciadas, como a possibilidade de desdobramento de um novo batalhão na República Centro-africana (RCA) com a formulação de um pedido formal das Nações Unidas e rechaçado pelo Brasil, por motivos políticos, instabilidade de segurança pública nacional e econômica.

A Estratégia Nacional de Defesa (END)¹ lançada em 2008 e aprovada em 25 de setembro de 2013, integra um dos mais importantes instrumentos orientadores da Defesa Brasileira”, (BRASIL, 2008).

Em seu item 5.12, pressupõe:

“O Brasil atua na comunidade internacional respeitando os princípios consagrados no art . 4º da Constituição, em particular os princípios de autodeterminação, não-intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica de conflitos . Nessas condições, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), participa de operações de paz, sempre de acordo com os interesses nacionais, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacionais” (BRASIL, 2008).

Item 7.13:

“Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais.” (BRASIL, 2008).

Item 7.14:

Segundo Brasil (2008) o Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

¹A Estratégia Nacional de Defesa (END) é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.

Ainda na END, verificam-se os objetivos nacionais de defesa de contribuir para manutenção da paz e da segurança internacionais e intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações, bem como a sua maior inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2008).

Nas estratégias elencadas, ainda na END, para o Exército Brasileiro verifica-se:

“5.O Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.” (BRASIL, 2008)

A defesa do país demanda de uma integração entre militares, governo e sociedade. Estabelece também que o crescente desenvolvimento do país deverá ser acompanhado do aumento do preparo de suas defesas contra ameaças e agressões e sua estruturação compatível com a dimensão política-estratégica do Brasil (BRASIL, 2008).

1.1 Contextualização

Desde a sua criação em 1945, as Nações Unidas (ONU) têm se esforçado para encontrar uma solução para o desafio persistente de reunir tropas de seus Estados membros, a fim de responder rápida e efetivamente a violações da paz internacional ou a outras crises que exijam o uso de forças de manutenção da paz.

As operações de manutenção da paz da ONU sempre careceram de duas capacidades principais: de um mecanismo que possibilite o desdobramento rápido de tropas para o país afetado por guerra ou grave afronta aos direitos humanos, bem como de uma reserva estratégica, para reforçar, rapidamente, uma missão em curso.

O antigo sistema de capacidades das Nações Unidas mostrou-se incapaz de prover tropas quando necessárias ao seu desdobramento, em uma missão, face a falta de agilidade e flexibilidade para apoiar uma necessidade urgente e repentina da situação de segurança.

Ao mesmo tempo, no entanto, as expectativas do público em relação à única organização universal (incluindo quase todos os estados do planeta) frequentemente

excedem os meios postos à disposição de seus membros para desenvolver ferramentas eficazes para prevenir e impedir atrocidades em massa e violações de direitos humanos (KOOPS e NOVOSSELOFF, 2017).

Segundo (MURPHY, 2015), o *Department of Peacekeeping Operations* (DPO, sigla em inglês) criou em 1995 o Sistema de Prontidão das Nações Unidas (UNSAS, sigla em inglês) para dar maior comprometimento dos países contribuintes de tropa (TCC, sigla em inglês) em inventariar recursos humanos para as missões em curso. O sistema baseou-se no estabelecimento de uma série de “Memorando de Entendimento” dos TCC com a ONU. Dessa forma, os TCC auxiliaram o DPO no planejamento de uma nova missão. Mas, não havia garantias de nenhum Estado Membro em estabelecer, no período acordado, os desdobramentos de tropas para as operações de paz.

A ONU e outras potências mundiais receberam várias críticas por não responderem ao comunicado e um aviso claro, emitido em janeiro de 1994, sobre um plano de extermínio em Ruanda, ocorrido entre os meses de abril e julho de 1994 (LYNCH, 2015). Um dos fatores levantados foi a falta de comprometimento dos TCC, em prover tropa para uma nova missão de paz.

Com a diminuição dos recursos dos países contribuintes e com isso a redução de missões de paz no mundo evidenciou-se com isso, o aumento significativo da disponibilidade de tropas. Sendo assim, a ONU aperfeiçoou o seu sistema de prontidão de tropas, com a criação do *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS)², sistema o qual o Brasil participa com a disponibilização de tropas e capacidades.

Após a criação do UNPCRS, em 2015, o Exército Brasileiro não desdobrou nova capacidade de tropa, além do Batalhão de Infantaria já desdobrado no Haiti, desde 2004.

²O Sistema de Prontidão das Capacidades Nações Unidas (UNPCRS, sigla em inglês) substituiu o antigo sistema de prontidão de tropas (UNSAS), desde julho de 2015. O PCRS é administrado pelo Departamento Operações de Paz (DPO) da ONU para registrar e manter compromissos de capacidade para uma operação de paz. O objetivo do atual sistema é de estabelecer um processo previsível, eficiente e dinâmico de interação entre a ONU e os países contribuintes de tropa e de polícia (T/PCCs), para garantir a prontidão e a implantação oportuna de recursos para uma missão de paz com qualidade.

O Exército Brasileiro desdobra atualmente 69 (sessenta e nove) militares em missões individuais nas funções de observador militar, *Staff Officer* e Oficiais de Ligação, em oito missões da ONU.

Em junho de 2019, uma equipe composta por treze militares das três Forças Singulares, especialistas em guerra na selva, foram desdobrados na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) com a intenção de auxiliar no preparo e emprego da *United Nations Force Intervention Brigade* (FIB, sigla em inglês).

A Marinha do Brasil desdobrou uma Força Tarefa Marítima no Líbano, onde a mantém um navio capitania e um helicóptero, com cerca de 250 (duzentos e cinquenta) militares.

1.2 Justificativa

O Conselho de Segurança das Nações Unidas possui cinco membros permanentes com poder de veto e os demais dez membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos.

A pretensão brasileira em ocupar uma cadeira como membro permanente ao lado dos Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e República Popular da China está além de desdobrar tropa no terreno, sob a égide de organismos internacionais.

Com a participação brasileira no Haiti, o Brasil demonstrou liderança, inicialmente, na América do Sul e Central e as conquistas da pacificação de *Bel Air* e *Cité Soleil* transcenderam novos rumos da capacidade das Forças Armadas, a nível mundial. Em alguns momentos participaram da missão um total de 30 países.

Nunca, em nenhuma missão de paz da ONU, o cargo de *Force Commander* (FC), comandante das tropas militares da missão, foi ocupado por militar de um mesmo país. Ao todo 11 oficiais gerais brasileiros ocuparam a função de *Force Commander* na MINUSTAH, mesmo em alguns momentos não tendo a maioria de militares desdobrados na missão.

Hoje, o Brasil assume o cargo de FC da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). A missão iniciou em

março de 2000 e três oficiais gerais brasileiros já assumiram o mesmo cargo, mesmo o Brasil não tendo tropa desdobrado na República Democrática do Congo: o General Santos Cruz, de 2013 a 2015, Gen Elias, de 2018 a 2019 e o Gen Costa Neves, assumiu em 2019 e permanece até os dias de hoje.

Ainda, nos tempos atuais, o Brasil desdobrou em junho de 2019 uma Equipe Móvel de Treinamento – Especialistas em Guerra na Selva (JWMTT³, sigla em inglês), composta por 13 militares das três Forças Singulares para a capacitação em operações na selva dos militares da Brigada de Intervenção da MONUSCO (FIB⁴, sigla em inglês). Em várias oportunidades o Exército do EUA solicitou a presença da JWMTT para acompanhar o treinamento do Batalhão da Tanzânia e Malawi, e para acompanhar a capacitação dos integrantes da equipe, no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), por meio de um Grupo de Trabalho do Ministério da Defesa (MD).

Dos fatos narrados, identifica-se a hegemonia das capacidades militares brasileiras para as missões de paz. A ONU não só identifica o Brasil como um possível contribuinte de tropa, mas também com capacidade em auxiliar no treinamento de outros países, além de assumir a liderança nas Operações de Paz.

Atualmente, o Brasil, e mais precisamente o Exército Brasileiro, necessita organizar estudo e planejamentos para a capacitação de tropas com base na gestão de projetos, para um possível desdobramento de tropa no exterior.

A Chefia de Missões de Paz Aviação e Inspetoria Geral das Policiais Militares, do Comando de Operações Terrestres (COTER), órgão responsável pelo preparo, emprego e desmobilização de tropas para as missões de paz, não possui um projeto com as atividades e os custos necessários, com base no novo Sistema de Prontidão das Capacidades das Nações Unidas.

³*Jungle Warfare Mobile Training Team* (JWMTT) equipe das Forças Armadas Brasileiras com capacidade de realizar treinamento para tropas de outros países para o combate em área de selva utilizando-se de técnicas especiais de orientação, progressão em área de selva, técnicas de ação imediata, entre outros.

⁴*United Nations Force Intervention Brigade* (FIB) é constituída por militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), sendo composta por um Batalhão da África do Sul, um Batalhão da Tanzânia e um Batalhão do Malawi. A FIB criada em março de 2013 pelo Conselho de Segurança da ONU com autorização de realizar operações ofensivas para neutralizar e desarmar grupos armados atuantes na RDC.

O processo anterior de preparo de tropa não agregava conhecimentos de gestão de recursos com o preconizado pela metodologia de gestão de projetos, alinhado com a aplicação e integração dos grupos de processos de gerenciamento.

A Chefia de Missões de Paz durante a missão no Haiti gerenciou numerário na ordem de mais de 200 milhões de reais por ano, com o controle na expedição de uma Diretriz de Preparo para gerenciar as atividades e os recursos disponibilizados para a brigada responsável pelo preparo, entre outros atores responsáveis pela aquisição de materiais e serviços.

É necessário, porém, realizar estudos no sentido de evidenciar as atividades descritas nos objetivos específicos, quantificá-las e a luz da gestão de projetos construir uma plataforma capaz de gerenciar os recursos a serem disponibilizados para o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz a ser desdobrado em uma operação de paz, sob a égide das Nações Unidas.

1.3 Formulação do Problema

O Governo Brasileiro tem por objetivo aumentar a projeção mundial tendo como plataforma a participação em missão de paz, sob a égide das Nações Unidas, inscritos na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008 p.54).

A participação brasileira na Missão para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) durante os 13 anos de tropas brasileiras no Haiti evidenciou o Brasil no cenário internacional e na hegemonia latino-americano, (TEIXEIRA e HARMANN, 2017).

O convite, mesmo que informal da Nações Unidas, para a participação brasileira de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz na Missão das Nações Unidas na República Centro Africana (MINUSCA) e o veto presidencial em janeiro de 2018 contribuiu para caracterizar que no Brasil a atuação da tropa no exterior e a vontade política nem sempre estão vocacionadas para o mesmo interesse.

A espera de um desdobramento de Batalhão de Infantaria na MINUSCA no início de 2018 frustrou toda a cadeia de comando e a alta cúpula das Nações Unidas, incluindo

o atual Chefe do *Department of Peace Operations*⁵ (DPO), da ONU, o Sr Jean-Pierre Lacroix.

Com as indecisões políticas existentes na implementação de um novo compromisso para o desdobramento de tropa no exterior, a atual situação financeira brasileira, com as recessões identificadas no Brasil e em outros países, e ainda no veto para a participação na MINUSCA identifica-se a necessidade de se cumprir todas as atividades previstas no Sistema de Prontidão da Capacidades das Nações Unidas (UNPCRS) até um possível desdobramento em missão de paz, sob a égide da ONU.

Em 2017, utilizando-se do preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz para a missão no Haiti (MINUSTAH) o Brasil elevou a capacidade do batalhão para o nível 2 do UNPCRS.

Cabe ressaltar que, o batalhão avaliado pela ONU, em 2017, foi desdobrado no Haiti e foi o responsável em realizar o repatriamento de todo o material desdobrado naquele país amigo e extinguiu a participação brasileira na MINUSTAH.

Com isso, o preparo do pessoal e os materiais avaliados pela Nações Unidas se perderam com o desdobramento do batalhão.

Após o fim da missão no Haiti, em 2017, até a corrente data, não se evidenciou o preparo de contingentes com base nos requisitos preconizados pelo novo Sistema de Prontidão da ONU.

Nesse novo contexto, de requisitos impostos pelo Sistema de Prontidão da ONU, o Exército Brasileiro necessita de quais prazos e os custos orçamentários necessários para cumprir a ascensão do Nível 2 de capacitação do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) até o Nível 4, *Rapid Deployment Level* (RDL), nível máximo que capacita a participação dos países contribuintes de tropa?

⁵*Department of Peace Operations* (DPO) fornece a orientação política e executiva para as operações de manutenção da paz da ONU desdobradas no mundo e mantém o contato com o Conselho de Segurança, colaboradores de tropas e financeiros e as partes envolvidas no conflito, para a implementação dos mandatos aprovados pelo Conselho de Segurança.

1.4 Objetivo Geral

O propósito da pesquisa visa identificar as estimativas dos custos e dos prazos das atividades necessárias ao preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve), batalhão de tipo I do Manual das Nações Unidas de Preparo de Batalhão, para a ascensão do Nível 1 ao Nível *Rapid Deployment Level* (RDL).

Um novo desdobramento de tropa em missões de paz somente ocorrerá se o País Contribuinte de Tropa ascender até o último nível de capacidades, no caso o Nível *Rapid Deployment Level* (RDL).

O propósito da pesquisa visa identificar as atividades necessárias ao preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz) para missões de paz, identificando e utilizando as técnicas e estimativas para a obtenção dos custos e dos prazos, desde o treinamento, até o desdobramento para uma missão de paz, com base nos requisitos impostos pelo Sistema de Prontidão das Nações Unidas (UNPCRS).

1.5 Objetivos Específicos

Objetivo Específico 1 – verificar as atividades necessárias ao preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve), segundo o Sistema de Prontidão das Capacidades da Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS).

Objetivo Específico 2 – estimar os custos e prazos para a preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz com base no UNPCRS, de acordo com a metodologia de gerenciamento de projetos prevista nas NEGAPEB (2013) e na 6ª Edição do PMBOK (2017).

Entretanto, a pesquisa não abará a estimativa de custos e prazos para a aquisição de material para os seguintes recursos: recursos para aquisição de Material de Emprego Militar não existentes, gastos necessários à concentração dos meios no porto inicial, os recursos necessários ao pagamento de pessoal no exterior, os recursos para a manutenção da tropa na missão, entre outras atividades não elencadas nos objetivos específicos.

1.6 Relevância para o Estudo

Após a criação do novo Sistema de Prontidão das Capacidades das Nações Unidas (UNPCRS), o Exército Brasileiro não conseguiu desdobrar tropa para as missões de paz da ONU.

A participação de um novo Batalhão de Infantaria de Força de Paz, em cenário internacional, somente se concretizará quando o país conseguir ascender do Nível 2, atual situação, para o Nível *Rapid Deployment Level* (RDL), de acordo com o novo sistema de prontidão.

A participação brasileira, em missões de paz está embasada na Estratégia Nacional de Defesa, quando determina a participação de operações de paz, sempre de acordo com os interesses nacionais, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacional (BRASIL, 2008, item 5.12).

A ampliação da participação brasileira projeta o país no concerto mundial e reafirma o seu compromisso com a defesa da paz e cooperação entre povos (BRASIL, 2008, item 7.13).

Para isso, as Forças Armadas deverão se empenhar, sempre, para aperfeiçoar e capacitar seus integrantes a participar de ações humanitárias e de missões de paz.

O Brasil deverá dispor de capacidades para projetar poder e o desdobramento de tropas em missões de paz, com a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, é uma oportunidade para se concretizar o que determina a Estratégia Nacional de Defesa.

Portanto, a obtenção da certificação do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) no Nível *Rapid Deployment Level* (RDL) poderá favorecer um importante passo para um novo desdobramento de tropa.

A falta de estimativa de custos e prazos, para a definição das atividades necessárias, poderá ser um fator crítico para o sucesso da negociação, junto aos organismos internacionais, pela demora da tomada de decisão e da falta de capacidade geração de força.

No âmbito nacional, a definição das estimativas de custos e prazos favorecerá a negociação da participação brasileira, em missões de paz, com a aprovação do planejamento orçamentário e político necessários ao desdobramento de tropa.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Sistema e Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON)

O Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) é gerenciado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER). Tem por base o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) que visa a integração das informações operacionais, a orientação, a coordenação e a execução do preparo, da prontidão operacional e do emprego de Força Terrestre (F Ter), (BRASIL, 2019).

O SISOMT é composto por 4 (quatro) subsistemas:

1) Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO): é o sistema responsável pelo preparo da Força Terrestre (F Ter). O SISPREPARO é estruturado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e apoiado pelo Sistema de Simulação do Exército Brasileiro (SSEB).

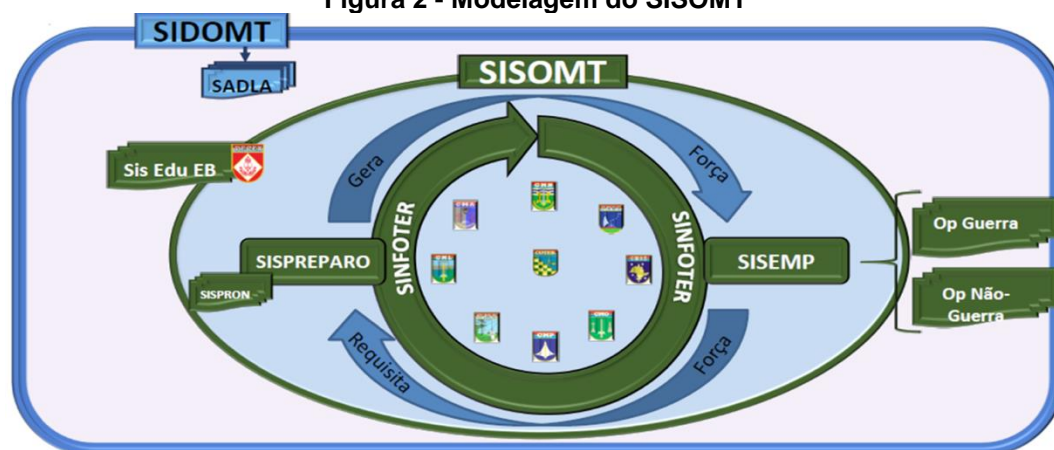
2) Sistema de Emprego da Força Terrestre (SISEMP): contribui para a obtenção da consciência operacional permanente, pela administração das informações operacionais. Com a normatização das formas de emprego da Força controla, coordena e acompanha qualquer tropa em missão no Brasil e no exterior.

3) Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER): tem a responsabilidade de dirigir a informação operacional, com a finalidade de apoiar a “tomada de decisão”.

4) Sistema de Prontidão Operacional (SISPRON): em ligação com o SISPREPARO, planeja, coordena e controla a manutenção do nível de adestramento das forças selecionadas (FORPRON). Disponibiliza tropas com poder de combate para uma determinada missão.

A figura abaixo representa a concepção geral do SISOMT, (BRASIL, 2019):

Figura 2 - Modelagem do SISOMT



Fonte: Portaria nº 216 – COTER, de 18 de novembro de 2019

O Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON)⁶ é regulado por portaria específica, do Comando de Operações Terrestres (COTER) e situa-se no Plano Estratégico do Exército (PEEx) nos seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico nº 5: modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre;
- Objetivo Estratégico nº 5.1 – aumento da capacidade de pronta resposta da Força Terrestre; e
- Objetivo Estratégico nº 5.1.3 – implantar o Sistema de Prontidão Operacional de Forças.

O SISPRON coopera no planejamento, coordenação e controle das forças (FORPRON), em situação de prontidão operacional, bem como, na manutenção das capacidades em ligação com o EME, Comandos Militares de Área, Órgãos de Direção Setorial, Centro de Doutrina do Exército e com as Chefias do Comando de Operações Terrestres (COTER), Órgão de Direção Operacional do EB.

As Forças do SISPRON são:

- 1) Força de Prontidão Operacional (FORPRON);
- 2) Força Expedicionária (F Expd);
- 3) Forças do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS, sigla em inglês).

⁶A Portaria nº 219-COTER, de 13 de novembro de 2019, regula as medidas necessárias para a organização e o funcionamento do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON).

O ciclo de prontidão das Forças do SISPRON deverá ter a duração de 12 (doze) meses, divididos nas seguintes fases:

- Fase 1 – Preparação: baseado na capacitação tática e técnica do efetivo profissional (CTTEP) e nivelamento de conhecimentos e adestramento de pequenas frações;
- Fase 2 – Certificação: tem a duração de 4 (quatro) semanas, com o treinamento baseado em simulação construtiva, virtual e viva, de acordo com um tema tático e coerente com a missão prioritária da tropa, previstas nas Hipóteses de Emprego; e
- Fase 3 – Prontidão: fase em que as tropas, já certificadas, serão consideradas como a prontidão operacional da ONU, à disposição para o emprego/acionamento.

As tropas disponíveis para a Força Expedicionária serão as mesmas a serem empregadas no caso do desdobramento da Força do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS).

2.2 Sistema de Prontidão das Capacidades da Manutenção da Paz das Nações Unidas

O sistema de prontidão da ONU é o *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS). O atual sistema foi atualizado a partir de 2017 (UNITED NATIONS, 2019).

A declaração do Subsecretário-Geral de Operações de Manutenção da Paz - Hervé Ladsous - ao Quarto Comitê, em 30 de outubro de 2015, diz claramente que "o Sistema de Prontidão de Capacidade de Manutenção da Paz (PCRS), substituindo o Sistema de Arranjos de Espera das Nações Unidas (UNSAS), que servirá como uma abrangente plataforma para que possamos colaborar com os compromissos. Ele incentiva todos os colaboradores existentes e em potencial a tropas e policiais a registrar suas contribuições no PCRS, idealmente até o final de novembro (UNITED NATIONS, 2019).

No seminário ocorrido no Centro Argentino de Treinamento de Operações de Paz (CAECOPAZ), em setembro de 2019, em Buenos Aires, com a participação de representantes dos estados-membros dos países sul-americanos foram elencados

como objetivos básicos da criação do PCRS: melhorar a qualidade das unidades disponibilizadas pelos Países Contribuintes de Tropas, *Troop Contributing Countries* (TCC), identificar os recursos oferecidos, permitir o envolvimento sistemático e sustentado dos treinamentos, facilitar as implantações e aumentar a transparência (ANORPH, 2019).

O sistema de prontidão é dividido em 4 (quatro) fases, (UNITED NATIONS, 2019):

- Nível 1: é caracterizado pela inserção da capacidade do país contribuinte no sistema, como o registro inicial.
- Nível 2: nessa fase por iniciativa do país contribuinte ou da ONU ocorre uma visita de inspeção, *Assessment and Advisory* (AAV), onde é verificado o material disponível, o pessoal pré-selecionado e a verificação de instruções, principalmente, no tocante a exploração e abuso sexual, conduta e disciplina.
- Nível 3: um pré-acordo é assinado entre o país e a ONU com a negociação de um Memorando de Entendimento (MOU).
- *Rapid Deployment Level* (RDL): último nível para o desdobramento de uma tropa em uma missão de paz. A tropa do TCC, nesse nível de treinamento, permanece no máximo por um período de 1 (um) ano nessa capacidade. Nessa fase o país se compromete a desdobrar uma tropa no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para um possível desdobramento em uma operação de paz. Nessa fase também, o TCC pode receber até o valor de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores acordados no MOU.

Akanbong (2019), identifica as capacidades ofertadas, de todos os países contribuintes de tropas (TCC), de acordo com o tipo de tropa, níveis de prontidão, de acordo com a figura, em setembro de 2019:

Figura 3 - Unidades do PCRS/2019

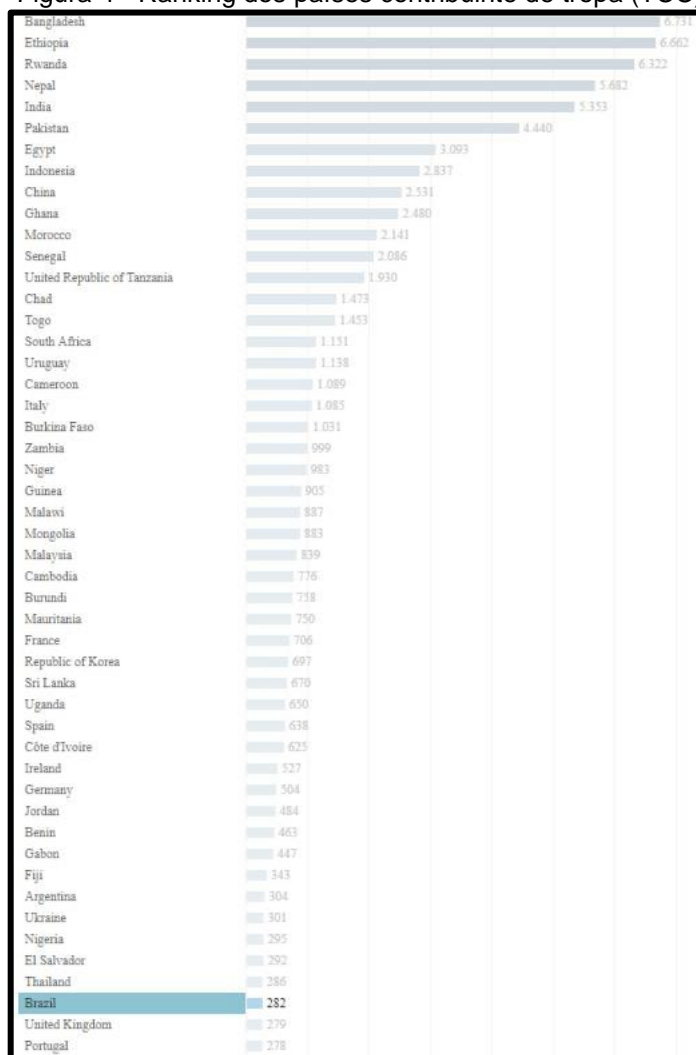
Unit	Reg. in progress	Level 1	Level 2	*Level 3	RDL	Total
Infantry Battalions	10	29	6	3	1+2*	51
Infantry Company/Platoon	5	12	2	1	-	20
Special Force Coy/ Platoon	3	8	2	1	1*	15
Force Protection Coy/QRF	7	7	5	2	3	24
Demining/EOD Unit	5	7	-	1	-	13
Logistics/Transport Unit	2	4	3	1	1*	11
Engineering Company	9	11	8	2	1*	31
Field Hospital Lvl-2/3	4	7	4	5	1*	21
UAV	-	2	2	1	-	5
Signal Company	-	4	1	1	1	7
Attack Helicopter	-	1	-	-	-	1
Utility Helicopter Unit	1	8	4	-	1	14
Transport Aircraft	4	14	1	1	-	20
Attack/Fighter Aircraft	-	1	2	-	-	3
FPU	13	27	12	2	*2+1**	57
Misc	98	41	7	-	1	147
Total	161	183	59	21	16	440

Fonte: Seminário Internacional sobre UNPCRS, realizado no Centro de Treinamento Argentino para Operações de Paz (CAECOPAZ), em 2 de setembro de 2019

O preparo de contingente no Exército Brasileiro inicia-se com a seleção da Brigada responsável pelo preparo e do pessoal, gerido pelo Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), com a indicação do comandante, subcomandante e principais funções do batalhão.

A ONU escalona a participação dos países contribuintes pelo total de militares desdobradas nas missões de paz. Na figura, identifica-se o posicionamento da participação brasileira, em missões de paz, situação em dezembro de 2019 (NAÇÕES UNIDAS, 2019):

Figura 4 - Ranking dos países contribuinte de tropa (TCC)



Fonte: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>.

2.2.1 NÍVEL 1 PCRS (Registro)

O primeiro nível do PCRS é também chamado de Registro. Nesse nível o Estado Membro é autorizado a inserir dados no *website* da ONU, em que 3 usuários tem o controle de inserção das informações das capacidades oferecidas pelo país contribuinte.

O usuário do sistema preenche um formulário fazendo o upload dos seguintes documentos:

- *Annex A*: Organograma da tropa (*Table of Organization*);
- *Annex B*: Lista dos Equipamentos Pesados (*List of Major Equipment - ME*);

- *Annex C: Lista dos Equipamentos de Autossustento (List of Self-Sustainment Equipment - SS).*

Além dos anexos enviados o país contribuinte (TCC) deve informar as capacidades das tropas ofertadas, as ressalvas caso ocorram duração do preparo ou inexistências de equipamentos.

As capacidades são ofertadas por tipo de emprego como batalhão de infantaria, companhia de engenharia, companhia de infantaria, companhia de forças especiais, oficiais de estado-maior (*Staff*), oficiais de polícia individual, etc.

O Estado Membro poderá coordenar com o *Strategic Force Generation and Capability Planning Cell* (SFGCPC) o apoio necessário para sanar as dúvidas, sobre qual a melhor forma de preparar a tropa e selecionar material, uma parceria bilateral para melhorar a capacidade.

As capacidades ofertadas e o cancelamento podem ser realizados a qualquer momento pelos Estados-Membros (TCC). A *United Nations* (2019.01, item 10.1 p. 5), indica que o registro é válido por um período de um ano e uma comunicação será enviada ao TCC para confirmar se a capacidade ficará disponível para a vigência do próximo ano ou não. As capacidades são válidas para o período de ano fiscal de 1º de julho a 30 de junho, do ano posterior.

As unidades militares, de polícia e de defesa civil serão aceitas no Nível 1, os outros tipos de ofertas serão considerados como “registrados”, no caso das promessas individuais, equipes móveis de treinamento e outras capacidades (*UNITED NATIONS*, 2019.01 item 11.2).

2.2.2 NÍVEL 2 PCRS

A elevação do nível de capacidade do PCRS é iniciado pelo Secretariado das Nações Unidas. Os principais aspectos e critérios analisados para a elevação do nível da tropa são:

- os requisitos operacionais indicados nas operações de paz;
- diversidade geográfica;

- performance histórica da atuação do TCC;
- idioma;
- participação efetiva de mulheres; e
- disponibilidade de recursos humanos e financeiros do Secretariado das UN.

O Estado-Membro pode requerer a elevação no nível da capacidade, mas cabe ao Secretariado da UN a decisão (*UNITED NATIONS*, 2019.01, item 12.1).

Após a decisão em elevar o nível da capacidade da tropa do TCC será agendado pelo SFGCPC uma Visita de Avaliação e Assessoria (AAV, sigla em inglês).

Na AAV o país contribuinte é auditado nos seguintes itens para a validação da capacidade, segundo (*UNITED NATIONS*, 2019.01, itens 12.3, 12.4 e 12.5):

- nível de treinamento da tropa;
- qualidade dos equipamentos;
- capacidade operacional;
- esforços para prevenção da Prevenção da Exploração e Abuso Sexual (SEA, sigla em inglês);
- estrutura de treinamento do país, etc.

Uma vez aceito no Nível 2 do PCRS, o país contribuinte confirmará anualmente a manutenção da capacidade e após 3 anos da data da certificação será necessário a auto certificação, sendo validada por mais 2 ano até o período máximo de 5 anos. Após isso será necessária uma nova AAV para a certificação, *United Nations*, 2019.01, item 12.5.

2.2.3 NÍVEL 3 PCRS

Da mesma forma do que no nível anterior, os mesmos aspectos e critérios determinam a aprovação do Secretariado das Nações Unidas para a elevação das capacidades da tropa no Nível 3 do PCRS.

Após a aceitação do Secretariado das Nações Unidas em elevar o nível da capacidade, uma Declaração de Requisito da Tropa (SUR, sigla em inglês) genérico é enviado ao país contribuinte para basear a organização da unidade. Concomitantemente, o país contribuinte deve encaminhar a Lista dos Equipamentos Pesados, Lista dos Equipamentos de Autossustento, *Cargo Load List*, a indicação do porto de embarque de material e os cronogramas de desdobramento de tropa para a missão de paz. O Departamento de Suporte Operacional (DOS) e o SFGCPC analisam a documentação enviada e validam a elevação da capacidade (*United Nations*, 2019.01, itens 13.2 e 13.3).

O país contribuinte deve informar anualmente a manutenção da capacidade da tropa e após 2 anos uma auto certificação é requerida, validada por mais 1 ano.

2.2.4 NÍVEL RAPID DEPLOYMENT LEVEL (RDL)

O Departamento de Suporte Operacional (DOS) envia convite a todos os TCC, 6 meses antes do início do ano fiscal para a elevação do nível da tropa para o RDL. O Estado-Membro tem até o dia 1º de março para definir se tem a capacidade para a elevação da sua capacidade.

Mais uma vez, o DOS solicita o envio das documentações listadas para a elevação ao Nível 3. Somente após o envio dos equipamentos listados da Lista de *Major Equipments* (ME) o DPO/DPS é marcado uma Visita de Verificação (VV, sigla em inglês). Durante a VV o Estado-Membro deverá atentar para os seguintes aspectos:

- demonstrar o funcionamento de 100% dos equipamentos listados no *Major Equipments* (ME) e Self-Sustainment (SS), com a capacidade de auto-manutenção dos materiais;
- demonstrar a seleção dos comandantes e integrantes da tropas;
- demonstrar o treinamento de todos os militares integrantes do contingente em acordo com o treinamento básico e determinados pela ONU;

Após a certificação para o Nível RDL, o país contribuinte será informado a assinar um “pré-Contrato” para um período de no máximo um ano, levando-se em base o ano

fiscal da ONU, *United Nations* (2019.02, item 6.1.5), e serão convidados a participar de um exercício de treinamento durante o ano de “prontidão”, item 6.1.6.

A unidade certificada no Nível RDL, a critério do Secretariado da ONU poderá passar por uma visita de verificação final e nesse caso estará qualificada ao reembolso do RDL, *United Nations* (2019.02, item 6.3.1), do mesmo modo que, após a solicitação para desdobramento e o TCC no prazo de 60 dias não implantar será colocado no Nível 3 do PCRS e não terá direito ao reembolso RDL.

De acordo com a *United Nations* (2019.02, item 9.2), o TCC deve realizar todas as atividades para o desdobramento de tropa como:

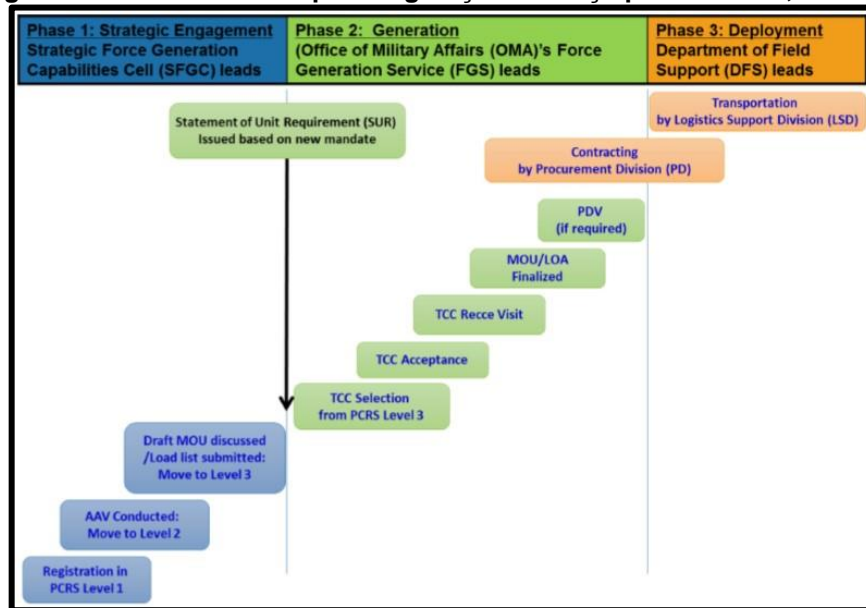
- reconhecimento na área de missão;
- negociação do Memorando de Entendimento (MOU, sigla em inglês);
- vacinação específica para o contingente;
- pintura do equipamento, no padrão ONU;
- treinamento específico antes do desdobramento; e
- deslocamento do contingente para o porto de embarque determinado.

Se ao final do período da manutenção no Nível RDL e a tropa do país contribuinte (TCC) não for acionado para o desdobramento em uma missão de paz, uma Visita de Verificação ou de Certificação será solicitada pelo Secretariado da ONU.

Obtendo êxito na certificação, o TCC terá o direito de receber a quantia referente a 25% do valor pré-acordado no MOU (*UNITED NATIONS* 2019.02 item 10.1.1).

Boutellis e Karlsrud (2017) resume as etapas e as atividades do processo de geração de força com a implementação do Sistema de Prontidão da ONU estabelecido pela Célula de Geração de Força e das Capacidades (ONU), conforme figura abaixo:

Figura 5 - Resumo das etapas de geração de força para o PCRS, Noruega



Fonte: Norwegian Institute of International Affairs, Multinational Rotation Contributions for UN Peacekeeping Operations, 2017

2.3 Relatórios Consagrados

General Assembly – Security Council , 55ª Session, 21 August 2000.

Assim iniciam os trabalhos de mais uma sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 21 de agosto de 2000, *The United Nations was founded, in the words of its Charter, in order “to save succeeding generations from the scourge of war” (UNITED NATIONS, 2000)*

Em tradução simples: “As Nações Unidas foram fundadas, nas palavras de seus capítulos, para “salvar as gerações seguintes do flagelo da guerra”.

Brahimi (2000) teceu várias recomendações faces as capacidades dos contingentes militares, do pessoal civil da ONU e dos policiais militares, estratégias de consolidação da paz, apoio logístico e a integração entre os atores da implementação da paz, por ocasião da publicação do Relatório.

O Relatório Santos Cruz, ou simplesmente Relatório Cruz, foi presidido pelo Gen R/1 Carlos Alberto dos Santos Cruz, convidado pelo então Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, para analisar, principalmente, as causas da quantidade de militares e civis feridos ou mortos em missões de paz.

Ambos os autores identificaram como foco principal o treinamento das tropas como elo fundamental para o cumprimento do mandato e a promoção da paz mundial.

Koops e Novosseloff (2017) afirmam que, a partir da criação das Nações Unidas várias operações de paz foram criadas e o aumento significativo de relatórios foram publicados, com o intuito de melhorar o preparo das tropas.

2.4 Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) é o Centro de Paz do Brasil reconhecido pelas Nações Unidas como o responsável pelo preparo de militares, policiais e civis para missões de paz.

O Centro foi criado em 2004, na Vila Militar/RJ, com o preparo do 3º Contingente Brasileiro, para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com a denominação de Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz) (BRASIL 2005).

Segundo Vendramin (2014), o Centro Conjunto de Operações de Paz foi criado com a evolução do então CI Op Paz. Após a visita do Ministro da Defesa, Nelson Azevedo Jobim ao Haiti, para identificar o trabalho da tropa brasileira desdobrada naquela missão de paz, principalmente, na assistência humanitária à população civil, no pós terremoto, identificou a necessidade de criação de um centro único e com a participação das três Forças (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira).

Em 15 de junho de 2010, por intermédio de Portaria Ministerial, Portaria Nº 952-MD, é criado o CCOPAB, com a missão de preparar civis e militares brasileiros e de nações amigas a serem desdobrados em missões de paz e de desminagem humanitária com a participação das três Forças, alterando-se a sua denominação anterior (BRASIL, 2010)

O CCOPAB oferece diversos cursos de preparo de tropas, de civis, policiais militares e mantém equipes móveis de treinamento para apoio à instrução, em países de nações amigas (BRASIL, 2020).

2.4.1 Estágio de Preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-maior de Organização Militar de Força de Paz (EPCOEM)

O EPCOEM, assim como é chamado o estágio, capacita os integrantes de Comando e Estado Maior a assumir as suas funções em missão de paz da ONU. O estágio é realizado em uma semana com as instruções previstas pela ONU e assuntos específicos para o cumprimento da missão.

2.4.2 Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidades e Pelotão (EPCOSUPel)

O EPCOSUPel é realizado em duas semanas com a participação de todos os militares nas funções de comandantes de subunidade e pelotão. O estágio capacita os oficiais a desempenharem as suas funções com instruções obrigatórias pela ONU, antes do desdobramento.

O primeiro estágio foi realizado em 2005 e serviu como padronização dos procedimentos de técnicas, táticas e procedimentos utilizados em missão de paz, da ênfase no tiro das frações e individual e no cumprimento das regras de engajamento.

2.4.3 Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz

O Estágio tem a duração de duas semanas com a preparação de oficiais e praças das Forças Armadas do Brasil e de nações amigas. Destina-se a capacitar os militares a desempenharem as funções de administração, logística e ao reembolso em operações de paz.

2.4.4 Estágio de Coordenação Civil-Militar (CIMIC)

O Estágio destina-se a transmitir conhecimentos sobre a estrutura das missões de paz, as doutrinas utilizadas de Coordenação Civil-Militar, explicar os processos de planejamento de CIMIC, em diferentes ambientes como missões de paz, emergências complexas e desastres naturais em ambientes inseguros.

Com a duração de uma semana tem a participação de militares e civis brasileiros e de nações amigas, para militares e civis a serem desdobrados em missões.

2.4.5 Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares

Realizado para militares voluntários a desempenharem a função de intérprete em missões de paz com o objetivo de avaliar a capacidade dos voluntários, demonstrar competências linguísticas em diversos idiomas e ambiente multicultural.

O estágio é dividido em duas fases sendo a primeira realizada na modalidade de ensino a distância e a segunda presencial, utilizando-se as instalações do CCOPAB, com a duração de cinco semanas e uma semana, respectivamente.

2.4.6 Exercício Básico de Operações de Paz

O Exercício Básico (EBOP) tem a duração de 5 a 10 dias e é realizado por meios de “oficinas”, podendo variar de acordo com as atividades a serem desenvolvidas pelo Batalhão na área de missão.

O Comando do Batalhão tem a missão de coordenar e montar o EBOP e pode ser apoiado por militares do CCOPAB e CA-L. Normalmente são utilizados um total de 20 a 30 oficinas por estágio.

2.4.7 Exercício Avançado de Operações de Paz

O Exercício Avançado (EAOP) é realizado no período final do preparo com o objetivo principal de avaliar o preparo, o adestramento e a eficiência profissional da tropa avaliada a ser desdobrada.

O CCOPAB por meio de eventos coordenados e integrados entre a tropa, atores, *role players*, figurações, jornalistas, acadêmicos e da população local realiza diversas interações para treinar as células das frações avaliadas e a ativação de todos os sistemas operacionais.

O EAOP é precedido do Estágio Básico que é coordenado pela tropa constituída e tem a duração de duas semanas.

Para o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz ou de qualquer tropa constituída para o desdobramento, em uma operação de paz, sob a égide das Nações Unidas, a realização dos estágios listados acima é necessária e as matérias ministradas são de cunho obrigatório pela ONU.

Brasil (2006), determina que o CCOPAB tem como principais missões apoiar o adestramento, preparando e conduzindo os estágios com os módulos de instrução previstos para pela ONU, para as tropas a serem empregadas em missões de paz.

2.5 O Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve)

O Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) ou simplesmente BI F Paz (L) foi desdobrado ultimamente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, sigla derivada do idioma francês *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*).

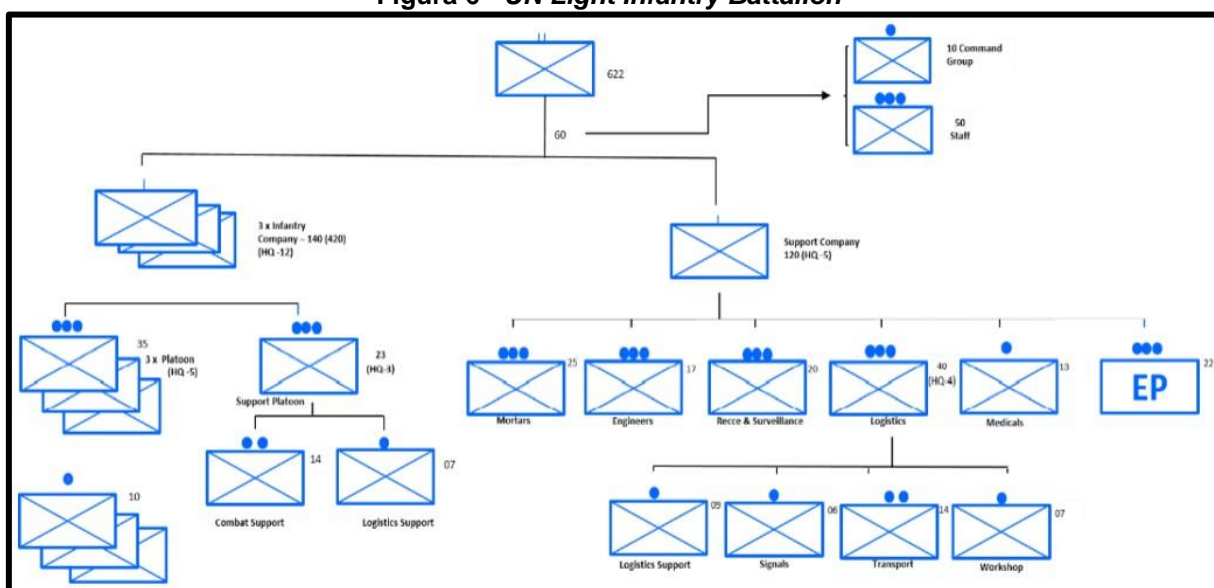
Segundo as Nações Unidas (2020) define as 3 (três) estruturas de batalhões a serem empregados em missões de paz como:

- *UN Light Infantry Battalion*;
- *UN Motorized Infantry Battalion*; e
- *UN Mechanized Infantry Battalion*.

O Batalhão Brasileiro partícipe da MINUSTAH foi uma adequação do Batalhão de Infantaria Leve das Nações Unidas com a inserção de uma subunidade de infantaria motorizada com meios blindados.

Abaixo identificamos a estrutura do *UN Light Infantry Battalion*, segundo (*UNITED NATIONS*, 2020):

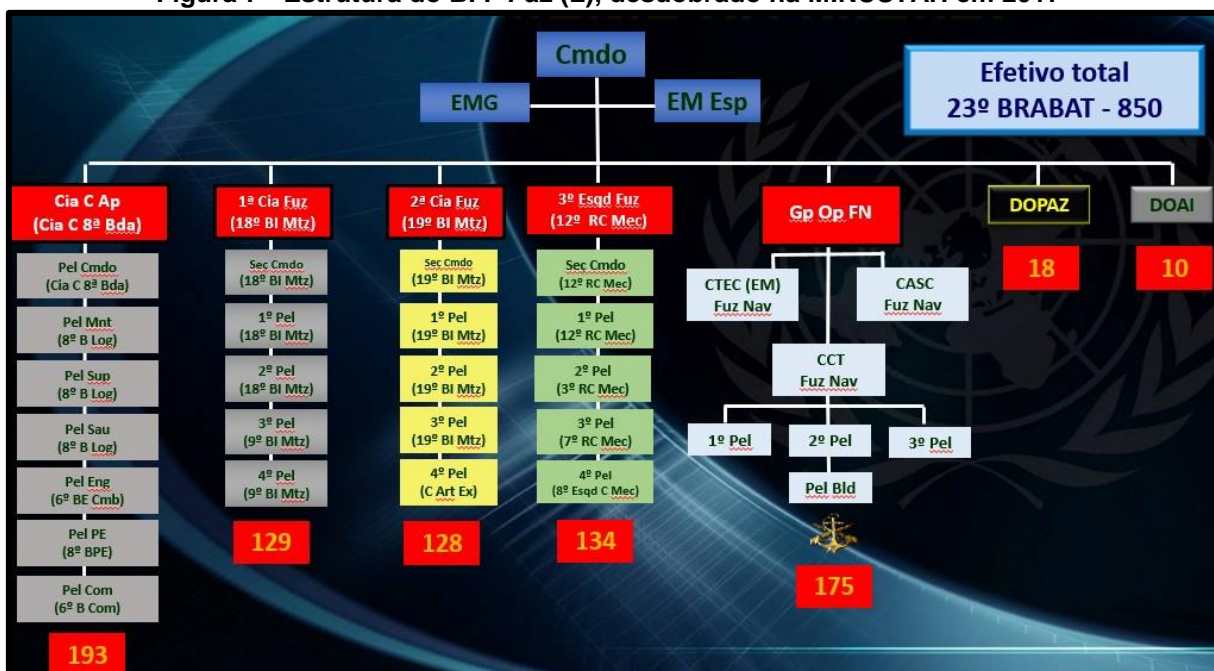
Figura 6 - UN Light Infantry Battalion



Fonte: Figura 8 UN Light Infantry Battalion Organization, UNIBAM 2020.1

O Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Tipo Leve do Brasil, desdobrado no Haiti, tinha a seguinte estrutura (BEZERRA, 2016):

Figura 7 - Estrutura do BI F Paz (L), desdobrado na MINUSTAH em 2017



Fonte: Palestra do Comandante do BI F Paz (L), 23º Contingente no Haiti em março de 2016

O Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) inserido no Nível 2 do UNPCRS tem o efetivo total de 850 (oitocentos e cinquenta) militares (VELOSO, 2016).

O 3º Esqd Fuz do 23º Contingente, à época, com integrantes do 12º RC Mec, era a subunidade com os meios blindados sobre rodas e utilizavam a Viatura Blindada Transporte de Pessoal – Média sobre Rodas Urutu.

O BI F Paz (L), segundo *United Nations* (2020), deverá realizar conduzir os seguintes tipos de operações:

- Conduzir proteções de civis;
- Dar suporte às ações de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR);
- Conduzir Operações de Cerco, Investimento e Vasculhamento;
- Conduzir Operações Ofensivas;
- Conduzir Operações de Extração;
- Conduzir Operações de Retirada;
- Estabelecer Base de Operações;
- Estabelecer Checkpoint;
- Estabelecer Posto de Observação;
- Conduzir Operações Defensivas, ocupando uma Base de Operações Temporárias (TOB, sigla em inglês);
- Conduzir Escolta de comboio e de autoridades;
- Conduzir patrulhas a pé, motorizada e mecanizada;
- Apoiar a população local;
- Reforçar unidades das Nações Unidas; e
- Conduzir Operações de Controle de Distúrbios (OCD).

O BI F Paz (L) ainda deverá ficar em condições de empregar as suas subunidades como Força de Reação Rápida (QRF, sigla em inglês de *Quick Reaction Force*), com capacidade de equipar um pelotão com equipamento de controle de distúrbio (*UNITED NATIONS*, 2020).

2.6 Preparo de Contingentes

Segundo Ruggeri et al (2016), as operações de paz adotam vários métodos para manter a paz mundial e em resolver conflitos de guerras civis.

O preparo de contingente no Exército Brasileiro inicia-se com a seleção da Brigada responsável pelo preparo e do pessoal, gerido pelo Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), com a indicação do comandante, subcomandante e principais funções do batalhão.

O Brasil desdobrou em 15 de junho de 2004, por meio do transporte em navios da Marinha do Brasil um efetivo de 354 militares no Haiti, em substituição a MIF⁷, segundo Alves, 2004. O Brasil desdobrou uma Brigada na capital do país, *Port-au-Prince*, com o efetivo de 1200 militares, tendo como principais dificuldades apresentadas a ocupação de forma precária das instalações, falta de mobilidade pela ausência de helicópteros e do número reduzido de veículos e a incerteza de como prosseguir com a Ajuda Humanitária, relações com a polícia local e a capacidade de realizar operações de inteligência.

Inicialmente, o Brasil desdobraria um efetivo de 450 militares para compor a MIF, sendo a situação atualizada para o desdobramento de uma Brigada de Infantaria com o efetivo de 1200 homens, sendo 150 militares do Comando e Companhia de Comando da Brigada, 750 militares do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BI Mtz) e 300 militares do Batalhão de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, segundo (FILHO, 2004).

Filho (2004), ainda informa que o Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz) ou simplesmente BRABAT, do acrônimo Brazilian Battallion, seria composto por 750 militares do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado em São Leopoldo/RS, com a previsão inicial de recursos na ordem de R\$ 154.000.000,00, distribuídos em:

- Gastos de pessoal: R\$ 50.158.910,00;
- Gastos de Custeio: R\$ 65.770.807,00; e

⁷ Multinacional Interim Force (MIF): Força Multinacional Interina aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 1529 (2004), após o Presidente Jean Bertrand Aristide deixar o país e pedir asilo político e o país mergulhar em uma guerra civil.

- Investimentos: R\$ 38.057.283,00.

Morgero (2005), definiu que o resultado operacional alcançado pela Brigada no Haiti (2º Contingente) atesta que a seleção de pessoal e preparo foi adequado para o cumprimento da missão.

“O sucesso das duas operações auxiliou a diminuir a pressão que a MINUSTAH vinha sofrendo de vários setores no Haiti; bem como, possibilitou o “batismo de fogo” da Brigada, mostrando que o 2º Contingente estava bem preparado para cumprir sua missão operacional.” (palavras do Gen Vilela, Comandante da Brigada Haiti, após a realização da Operação Liberté, em Cité Soleil e da retomada da residência do Ex-Presidente Aristides.

As ações mais importantes implementadas pela Brigada Haiti (2º Contingente) para cumprir o mandato imposto na Resolução nº 1542 da ONU, foram a execução de operações tipo polícia como patrulhamento a pé, motorizado e mecanizado, realização de check point; a ocupação de bases de combate na Escola Argentina em Bel Air, Delegacia de Delmas 33, Asilo na Rua San Martin e a ocupação definitiva do Forte Nacional, com o objetivo de manter a presença efetiva das tropas na áreas julgadas mais críticas; a realização de operações de combate nas áreas de Bel Air, Cité Soleil e Cité Militaire; operações de apoio a Polícia Nacional Haitiana (PNH); escoltas de Ajuda Humanitária e, por fim, segurança de pontos sensíveis. Ainda, segundo Morgero (2005), todas as atividades eram complementadas por Ações Cívico Social (ACISO).

Mangiavacchi (2005), dividiu as atividades realizadas pelo BRABAT em imposição da paz e de manutenção da paz nos bairros mais problemáticos da capital Port-au Prince, Bel Air, Delmas 2, Solino, Ticherry e Cité Militaire. O emprego do Batalhão em todas as fases deu-se pela combinação das ações de patrulha a pé, motorizadas e mecanizadas, postos de bloqueio e controle de vias urbanas, postos de observação e de tiro, pontos fortes, escolta de comboios, segurança de autoridades, postos de segurança estáticos, cerco investimento e vasculhamento de áreas e operação de busca e apreensão. Ressalta-se ainda a desobstrução de vias com a remoção de carcaças e barricadas pelo pelotão de engenharia, como facilitador e apoio ao combate.

Como citado anteriormente, a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Brasil (2005), contribuiu para a padronização dos procedimentos dos contingentes a serem desdobrados no Haiti.

Ramires et al (2017), indica que em 2005 o então CI Op Paz, juntamente com o Centro de Avaliações do Adestramento do Exército (CCAdEx) estabeleceram o treinamento completo do primeiro contingente, incluindo o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), estabelecido também o seu primeiro Programa Padrão (PP) de instrução. A partir daí, identifica-se uma padronização não somente das instruções como também dos relatórios finais de preparo e emprego do BRABAT.

O módulo “tropa” assim chamado pelo Comandante do CCOPAB, Ramires et al (2017), informa que os Estágios de Preparação para Comandantes de Organização militar e Estado-maior para missões de Paz (EPCOEM); Estágio de Tradutores e Intérpretes militares (ETIMil); Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e de Pelotão para Missões de Paz (EPCOSUPel); Estágio de Logística Reembolso em Operações de Paz (ELROP); Estágio de Proteção de Civis (EPC); Estágio de Coordenação Civil-militar (CIMIC); Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP) e Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP) são todos os estágios de preparo de tropa e adaptados ao módulo atual do UNPCRS, visando atender a atual demanda de participação brasileira em operações de paz.

Barros (2011), relatou que a primeira leva de militares do BRABAT 1/12 chegou ao Haiti em 11 de janeiro de 2010 e no dia seguinte participaram do Plano de Contingência do Terremoto ocorrido no Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010, às 16:53 h, horário local, afetando aproximadamente três milhões de pessoas e vitimando aproximadamente 250 mil pessoas.

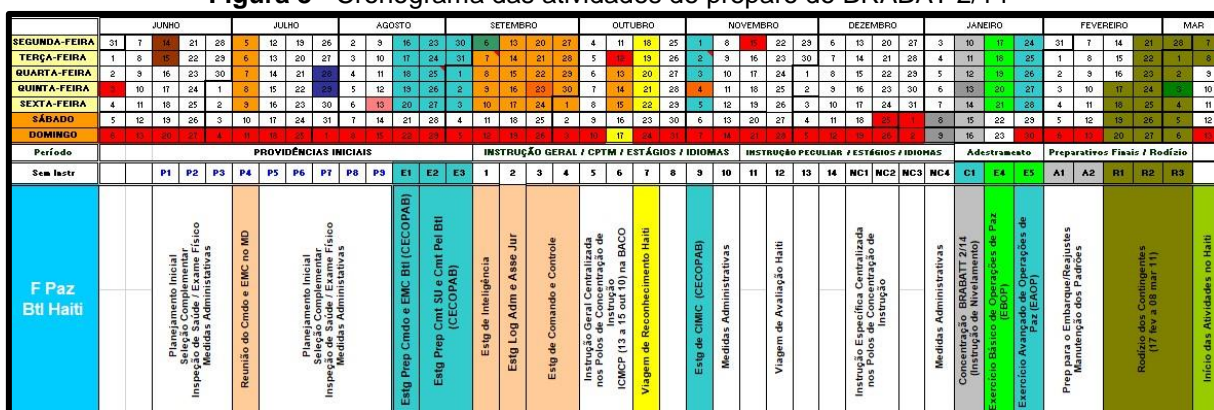
Tendo o BRABAT realizado todo o seu preparo voltado para a implementação do Mandato, na manutenção de um ambiente seguro e estável e no início da missão a mudança para Ajuda Humanitária e nas Coordenações Civil-Militar (CIMIC) identificou-se que todas as ferramentas repassadas pelos instrutores do CCOPAB no preparo e na capacidade de planejamento do Estado Maior Conjunto foram primordiais para o cumprimento da missão e alvo de destaque e de interesse entre outros exércitos, incluindo o Exército do EUA.

Após o terremoto, o Brasil resolveu desdobrar um novo Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve), BRABAT 2. Segundo Puchalski (2010), a fase de preparo tendo em vista o tempo de acionamento dos integrantes em 28 de janeiro de 2010 e o início do desdobramento, ocorrido em 13 de fevereiro de 2010 foi prejudicada pela premissa

de tempo. A fase inicial de concentração dos integrantes, o preparo e o início do desdobramento ocorreram na guarnição do Rio de Janeiro/RJ.

Pereira (2011), evidencia que o preparo do BRABAT 2/14 foi realizado em boas condições pela estrutura de apoio organizada pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) e pela disponibilidade de recursos e materiais disponibilizados. Para o preparo foram alocados R\$ 5.775.078,89 (cinco milhões setecentos e setenta e cinco mil, setenta e oito reais e oitenta e nove centavos), 100.000 (cem mil) litros de óleo diesel, 20.000 (vinte mil) litros de gasolina e na ordem de 260.984 (duzentos e sessenta mil e novecentos e oitenta e quatro) cartuchos de munição. Observa-se na figura abaixo o cronograma das atividades desenvolvidas durante o preparo do BRABAT 2/14 (PEREIRA, 2014):

Figura 8 - Cronograma das atividades de preparo do BRABAT 2/14



Fonte: Relatório do Preparo do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 14º Contingente no Haiti

Filho (2010), por sua vez, na ocasião, como Gerente do Preparo especifica como adequado e necessários conforme quadro:

Quadro 1 - Estágios de Capacitação para o preparo de um BI F Paz (Leve)

Nº	Estágios de Capacitação
1	Estágios de Preparação para Comandante de OM e Estado-Maior Conjunto (EPCOEM)
2	Estágio de Preparação para Comandante de Subunidade e Comandante de Pelotão (EPCOSUPel)
3	Estágio de Inteligência
4	Estágio de Logística
5	Administração e Assessoria Jurídica
6	Estágio de Comando e Controle
7	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Viaturas Land Rover
8	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Viaturas Agrale

9	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Viaturas Mercedes-Benz
10	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Viaturas Volkswagen
11	Curso de Segurança Alimentar
12	Estágio de Equipamento de Engenharia
13	Estágio de Operador de Grupo Gerador I e II
14	Estágio de Controle de Malária, Roedores e utilização do Termonebulizador (Fumacê)
15	Estágio de Estação de Tratamento de Água
16	Estágio de Operador de Empilhadeira (Para Cargas Aéreas)
17	Estágio de Comunicação Social
18	Estágio de Coordenação Civil Militar (CIMIC)
19	Instrução para Confecção dos Manifestos de Carga e Pessoal (ICMCP)
20	Estágio de Atualização Doutrinária de Operações Psicológicas
21	Estágio Específico de Operações Psicológicas do BRABAT
22	Estágio de Direção Defensiva e Ofensiva
23	Estágio de Manipulação com Material de Perícia
24	Estágio Prático de Segurança de Autoridade
25	Estágio de Instalação da PRO 5100 Veicular
26	Estágio de Programação da PRO 5150
27	Estágio de Equipamento VHF Motorola
28	Estágio do Sistema de Comando e Controle em Combate
29	Estágio de Instalação e Operação do Equipamento de Som Veicular EUA Mod AF NA/LSS 800C
30	Estágio de Administrador LINUX
31	Estágio de Manutenção de Computador e Laptop
32	Estágio de Wireless
33	Estágio de Web design
34	Estágio de Segurança da Informação
35	Estágio de Equipamento Rádio HARRYS 3200
36	Estágio de Equipamento YAESU System 600E <i>Interlink</i>
37	Estágio de CFTV
38	Estágio de Cabeamento Estruturado
39	Estágio da ASTERISK
40	Estágio de Operação com o Software Lotus Notes
41	Estágio do Sistema de TV por IP e Voz por IP
42	Estágio de Instalação da ETT SISCOMIS e da GIGACOM (Banda "X")
43	Estágio de Manutenção de Impressoras
44	Estágio de Cabeamento Telefônico
45	Estágio de Armazenamento de Munição
46	Estágio Manipulação
47	Preparação e Inspeção de Alimentos
48	Estágio de Análise Físico-Química da Água
49	Estágio de Fisioterapia
50	Estágio de Suporte Básico de Vida

51	Estágio de Análise de Lâminas de Plasmódium
52	Estágio de Controle de Vetores
53	Estágio de Manutenção da Cozinha <i>Karchter</i>
54	Estágio de Caçador Urbano
55	Estágio de Manutenção de Viaturas Urutu
56	Estágio de Atendimento Pré-hospitalar
57	Resgate e Evacuação Aeromédica
58	Estágio de Movimento de Cargas e Produtos Perigosos
59	Estágio de Motorista Categoria “D” e “E”
60	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Viaturas 5 Ton
61	Estágio de Eletricista Veicular
62	Estágio de Manutenção de Armamento Leve
63	Estágio de Manutenção de Ar-condicionado e Câmaras Frigoríficas
64	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Compressores de Ar
65	Estágio de Capacitação de Pessoal em Manutenção e Operação de Máquina de Lavar
66	Estágio de Funilaria e Pintura
67	Estágio de Borracharia
68	Estágio de Prático de Confeiteiro
69	Estágio de Prático de Açougueiro
70	Estágio de Manipulação de Explosivos
71	Estágio de Eletricista Predial
72	Estágio de Solda Elétrica e Oxiacetilênica
73	Estágio de Operação e Manutenção de Grupos Eletrogêneos
74	Estágio de Operação e Manutenção de Compactador de Solo
75	Estágio de Manutenção de Refrigeração Domiciliar e Estágio de Operador de Empilhadeira

Os estágios são realizados conjuntamente com a preparação das atividades operacionais da tropa. Sendo estes preocupação inicial de sobreposição de atividades e o comprometimento orçamentário, dos recursos alocados. Evidenciou-se também a preocupação com o ensino de idiomas como fator de sucesso para a missão a preparação linguística do idioma inglês e francês, este último contextualizado para o idioma “creole”, possíveis de ocorrer durante a missão no Haiti (Filho 2010).

Hoffmann (2018), descreve que o Brasil recebeu um convite para participar da Missão das Nações Unidas na República Centro Africana (MINUSCA), no dia 22 de novembro de 2017, com resposta até 15 de dezembro, do mesmo ano. Entretanto, em abril de 2018, o Brasil declina da participação na missão alegando os altos custos orçados

para a efetivação da atividade, na ordem de 480 (quatrocentos e oitenta) milhões de reais.

O possível desdobramento de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz em missões de paz carece de estudos de planejamento relacionados à estimativa de custos, orçamentação, monitoramento e controle dos custos.

Identifica-se, dos recursos alocados para o desdobramento de uma força terrestre no Haiti, nível batalhão, em 2004, o valor de 154 (cento e cinquenta e quatro) milhões de reais, enquanto que um desdobramento na República Centro Africana, em 2017, na ordem de 480 (quatrocentos e oitenta) milhões de reais.

2.7 Conceitos Básicos de Projetos

As NEGAPEB⁸ afirma que os projetos deverão ter o equilíbrio de três fatores: o que cada interessado gostaria que dele resultasse; o que a organização realmente necessita e o que é viável naquele momento.

O art. 9º dessa mesma norma, define que projeto é um esforço temporário para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, corroborando com o PMBOK. Quando os objetivos forem alcançados, mesmo àqueles que não serão ou poderão ser atingidos, tornando-se desnecessário ou compensador, pode se concluir que o término foi alcançado (BRASIL, 2013).

Para projetos simples sem requerer muito esforço nas fases de iniciação e planejamento, pode-se valer da ferramenta “5W2H” (BRASIL, 2013 art. 10º).

A gerência de projetos baseia-se na aplicação de conhecimentos, ferramentas e técnicas às atividades para se cumprir os requisitos (BRASIL, 2013 art. 17).

O Exército Brasileiro utiliza 5 (cinco) grupos de processos de gerenciamento de projetos, com base no PMBOK, para compor as atividades do ciclo de vida, são elas:

⁸ Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (sigla, NEGAPEB) aprovada por intermédio de Portaria nº 176 – EME, de 29 de agosto de 2013, tem por finalidade regular os procedimentos a serem adotados para elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos no Exército Brasileiro. Tem como referência bibliográfica o Guia de Conhecimentos de Projetos (sigla em inglês, PMBOK), 4ª Edição, do Instituto de Gerenciamento de Projetos (em inglês, PMI).

a iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento (BRASIL, 2013 art. 36).

2.8 Técnicas de Estimativas

Para se iniciar um projeto é necessário realizar um bom estudo de viabilidade, principalmente, no tocante aos meios necessários para o empreendimento (BRASIL, 2013 art. 14).

Estimar os custos é o processo de prever os recursos monetários para se executar as atividades do programa/projeto, incluindo também as atividades de custeio e o seu desfazimento (BRASIL, 2019 art 7º).

As técnicas mais usuais de estimativa de custos utilizadas em Gerenciamento dos recursos são: opinião especializada, estimativa análoga, estimativa paramétrica, estimativa “*bottom-up*”, estimativa três pontos e precificação (BRASIL, 2019 art. 22).

A Técnica de Estimativa de Custos conhecida como “Opinião Especializada” é utilizada quando inexistem projetos semelhantes anteriores, existem informações do setor, disciplina e área de aplicação e inexistência de dados históricos ou estatísticos para a iniciativa considera. É utilizada com o envolvimento de especialistas de várias áreas familiarizados com as atividades (BRASIL, 2019 art. 29).

A Estimativa Análoga utiliza os dados de projetos anteriores. Esta técnica é usualmente usada nas fases iniciais do projeto (BRASIL, 2019 art. 30).

A utilização de equações ou modelos matemáticos para uma relação de custos a métrica como volume, área, peso, potência, consumo de energias caracteriza a “Estimativa Paramétrica” (BRASIL, 2019 art. 31). Esta técnica pode produzir altos níveis de exatidão.

Partindo-se dos níveis mais baixos da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) a começar pelos pacotes de trabalho caracteriza a utilização da Técnica de Estimativa “*Bottom-Up*”. Os custos são levantados dos níveis mais baixos até os níveis mais altos. Considerada como a principal técnica para estimativa detalhada (BRASIL, 2019 art. 32).

A Estimativa de Três Pontos é utilizada para se buscar maior precisão nas estimativas. Estabelece o custo aproximado de acordo com 3 (três) cenários o otimista (O), realista (R) e pessimista (P). A partir daí, aplica-se a seguinte fórmula: $E = (4R + O + P) / 6$ (BRASIL, 2019 art. 33).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O presente estudo envolveu uma revisão teórica do arcabouço legal e nos principais autores que tratam de operações de paz e de estimativas de custos e prazos em projetos.

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental através da identificação dos principais documentos que baseiam as atividades constantes do novo Sistema de Prontidão das Capacidades das Nações Unidas (UNPCRS), junto aos documentos produzidos e confeccionados pela ONU, nos últimos 3 anos. Além da verificação da documentação teórica, o autor participou de um Seminário na Argentina, em setembro de 2019, para esclarecer as principais dúvidas dos países sul-americanos sobre o UNPCRS, coordenado pelo *Force Generation Service*⁹, serviço coordenado pelo *Office of Military Affairs* (OMA), da ONU.

Além disso, foram realizadas entrevistas com pessoal especialistas em missões de paz do Ministério da Defesa (MD), Estado-maior do Exército (EME), Comando de Operações Terrestres (COTER), Comando Logístico (COLOG) e Diretoria de Saúde.

A pesquisa bibliográfica ocorrerá por meio de periódicos, livros, pesquisas científicas *latu e strictu sensu*. Em seguida, será realizada uma pesquisa documental nos documentos oficiais do EB, com foco nas atividades do Exército Brasileiro e do *Department of Peace Operation* (DPO), das Nações Unidas.

Será utilizado ainda, a busca em fonte secundária de publicações de portarias e manuais de preparo em sites da ONU.

⁹ O *Force Generation Service* (FGS) gerencia o Sistema de Prontidão da ONU (UNPCRS) e tem como principais funções atuar como principal ponto de contato com os países contribuintes de tropa (TCC), participar do processo de negociação de equipamentos dos contingentes, concluir os Memorando de Entendimento (MOU) para o envio oportuno de tropas, ajustar as forças e fornecer consultoria técnica sobre as reivindicações de equipamentos pertencentes a contingentes do Estado-membro, manter um registro e estatísticas dos serviços prestados pelos contingentes à ONU, manter o registro de certificação do código de conduta dos países, desenvolver diretrizes para os TCC sobre requisitos de força, coordenar as visitas de certificação do PCRS, manter e atualizar os níveis dos TCC no PCRS. (<https://peacekeeping.un.org/en/office-of-military-affairs>, acesso em 1º de abril de 2020)

Após a revisão teórica da documentação da ONU sobre o UNPCRS verificou-se a literatura da documentação brasileira sobre o assunto com a análise dos Relatórios Finais de Preparo e Emprego dos Contingentes para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), de todos os contingentes de 2004 a 2017.

3.2 Caracterização do objeto do estudo

Depois da revisão teórica, junto aos principais órgãos responsáveis pela aquisição de materiais e serviços, identificou-se por análise documental e por entrevistas com os responsáveis pelo preparo dos batalhões, para a missão no Haiti, os custos e os prazos das atividades referentes ao preparo.

Somente após o levantamento de todas as atividades relativas ao preparo do batalhão levantou-se um paralelo de estimativa de custos com a verificação dos preços praticados atualmente.

Campos (2011) informa que a técnica de análise de conteúdo refere-se as figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto aos manifestos, sendo, também, um conjunto de técnicas de análise de comunicações, nessa semântica para o desenvolvimento do método. Delineia os campos dos métodos de análise conteúdo, como:

- domínio da linguística;
- métodos lógicos estéticos e formais;
- métodos lógicos semânticos;
- métodos semânticos e semânticos estruturais; e
- hermenêutica, território da interpretação do sentido da palavra.

3.3 Universo da Pesquisa

Os procedimentos de coleta de dados ocorrerão por meio de aplicação de entrevista a militares pertencentes ao Sistema de Missão de Paz, dos seguintes órgãos:

- Divisão de Missão de Paz do Comando de Operações de Terrestres (COTER);
- Seção de Missão de Paz da 5ª Subchefia do Estado-maior do Exército;
- Seção de Levantamento Orçamentário do Comando Logístico (COLOG)

Também será utilizado a Pesquisa Documental para a investigação das melhores práticas sobre quais as atividades necessárias ao preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz) da análise dos Relatórios Final do Preparo do 1º ao 26º BI F Paz, de 2004 a 2017.

A análise de Documentos Externos, publicados pelas Nações Unidas, referente ao UNPCRS serão expostos como base e direcionamento ao preparo de tropas.

As atividades necessárias ao preparo do BI F Paz (Leve) serão quantificadas a partir da análise dos relatórios finais de preparo e do emprego e utilizando a técnica qualitativas de análise dos custos e os prazos necessários às atividades.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Inicialmente a pesquisa teve como objetivo organizar as fontes de consulta em busca de publicações das Nações Unidas, da organização dos Relatórios do Preparo Finais dos Batalhões de Infantaria de Força para missão no Haiti, e, por fim, na obtenção de publicações de outros países contribuintes de tropa para as Nações Unidas.

Após a organização da documentação, caracterizando a segunda etapa da pesquisa, verificou-se os valores dos produtos utilizados na pesquisa como combustível, preços das passagens aéreas, diárias pagas aos militares, custos com material para a realização de exames médicos e hospitalares, custos das vacinas para imunização dos militares a serem desdobrados em missões de paz e os valores das munições utilizadas durante o preparo.

Os pacotes de trabalho foram extraídos da documentação pesquisada com base principalmente no planejamento de um Batalhão para a missão na República Centro-Africana (RCA).

Um comparativo de ações de preparo, em busca de uma pesquisa em outros países, foi verificado junto a plataforma de publicações na internet.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Finalizada a fase de análise de documentação obtida por análise documental em fontes primárias do acervo histórico do Comando de Operações Terrestres (COTER), Órgão de Direção Operacional (ODOp), do Comando do Exército o autor passou a identificar as atividades constantes do preparo.

A busca de documentação por fontes primárias também ocorreu nas publicações das Nações Unidas, em seu sítio, www.un.org.

As coletas em fontes primárias ocorreram no período de dezembro de 2019 a março de 2020.

As entrevistas com militares da Divisão de Missão de Paz do Comando de Operações de Terrestres (COTER), da Seção de Missão de Paz da 5ª Subchefia do Estado-maior do Exército, da Seção de Missão de Paz do Ministério da Defesa (MD), Seção de Saúde Operacional da Diretoria de Saúde (D Sau) e da Seção de Levantamento Orçamentário do Comando Logístico (COLOG) foram realizadas no período de abril a junho de 2020.

A pesquisa teve por finalidade identificar os custos e o prazos, por técnicas de estimativas, de um batalhão de infantaria de força de paz, caracterizado como Batalhão Leve, nível 1, do UNIBAM¹⁰.

Com o estudo das atividades necessárias à ascensão do BI F Paz (Leve) nos quatro níveis do UNPCRS, com base nos manuais das Nações Unidas, optou-se por construir uma Estrutura Analítica do Projeto (EAP) para facilitar o controle das atividades necessárias em cada nível, o controle do cronograma, atribuição das funções, definir

¹⁰ *United Nations Infantry Battalion Manual (UNIBAM)* tem como objetivo fornecer aos países contribuintes de tropa (TCC) orientações de como treinar e equipar as unidades, a serem desdobradas em missões de paz, e prover aos comandantes de diversos níveis de tropa uma referência de planejamento e condução das operações. O Manual não substitui a doutrina nacional do TCC.

responsabilidades e aumentar a consciência situacional das atividades (BRASIL, 2013).

A EAP visou facilitar, principalmente, atender o que prescreve o “Objetivo Específico 2 – Estimar os custos e prazos para o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve)”.

Com a construção da EAP e a análise da documentação pesquisada iniciou-se a confecção do Dicionário da EAP para ajudar na identificação das atividades, dos custos, prazos, atribuições dos responsáveis e no pacote de trabalho (BRASIL, 2013).

Para a confecção da EAP e o respectivo dicionário utilizou-se duas ferramentas:

- *WBS Schedule Pro* versão 5.1.0023; e
- *Microsoft® Project* 2016 MSO (64 bits).

A construção da EAP e do seu dicionário serviu de base para um comparativo de valores utilizados em janeiro de 2018, face a um possível desdobramento de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz para a Missão das Nações Unidas para a República Centro Africana (MINUSCA) que ocorreria no 1º semestre de 2018.

A confecção da EAP e o seu dicionário serviram exclusivamente para facilitar o entendimento das atividades e para nortear um futuro estudo para o desdobramento de tropas em missões de paz voltados para as atividades necessárias, os custos utilizados, o cronograma proposto e as responsabilidades pelo controle e execução das atividades.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O desdobramento de tropa, nível batalhão, para a missão de paz no Haiti (MINUSTAH), aconteceu no sistema antigo de capacidades da ONU.

Desde 2017, o Brasil e o Exército Brasileiro não desdobram um Batalhão de Infantaria de Força de Paz na configuração atual do sistema de capacidades da ONU.

O último convite enviado ao Brasil, para a participação em operações de paz, ocorreu em novembro de 2017, onde o Chefe do *Department of Peace Operations* (DPO) empenhou-se pessoalmente na aprovação do desdobramento, estando o Batalhão Brasileiro no Nível 2 do UNPCRS. O veto presidencial à participação brasileira na MINUSCA causou descontentamento dos funcionários das Nações Unidas e a indignação dos países contribuintes de tropa, que mantinham batalhões de infantaria no último nível.

Hoje, o BI F Paz (Leve) está inserido no Nível 2 do UNPCRS. O desdobramento só poderá ocorrer após a inserção desse batalhão no último nível das capacidades, no Nível RDL.

As atividades necessárias à capacitação dos militares iniciam-se na execução de estágios no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, por estágios sob a coordenação da Brigada Responsável pelo Preparo e termina com a execução de dois exercícios para se verificar o nível de adestramento alcançado pela tropa, o EBOP e o EAOP.

O preparo dos contingentes cabe a Brigada responsável pela preparação de um batalhão de infantaria. Os estágios de capacitação das diversas equipes que compõem esse batalhão são de responsabilidade da Brigada do Preparo.

Após a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, inicialmente com o nome de CI Op Paz, a partir do 3º Contingente para a missão de paz no Haiti, os contingentes tiveram as suas atividades padronizadas.

A coordenação do preparo é a cargo do Comando de Operações Terrestres (COTER). Um possível desdobramento em outra missão de paz da ONU abarcaria as mesmas atividades do preparo do BI F Paz (Leve) para o Haiti, guardados os ensinamentos e a devida contextualização para um novo ambiente operacional de missão.

O preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) para a missão de paz no Haiti durava, aproximadamente, 4 (quatro) meses.

As atividades necessárias ao preparo estão relacionadas com os estágios de capacitação realizados no CCOPAB, em organizações militares do Brasil e em empresas públicas e privadas, na execução dos módulos de tiro, terminando com os dois exercícios de avaliação da tropa. Aproximadamente, durante o preparo, o contingente realiza mais de 70 (setenta) estágios, para a sua capacitação, descritos de acordo com a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**Quadro 1 - Estágios de Capacitação para o preparo de um BI F Paz (Leve), p. 43.

Levou-se como planejamento a aquisição das passagens aéreas para o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz – Leve, a ser preparado na Guarnição de Cascavel/PR e uma subunidade da Guarnição de Uberlândia/MG.

Inicialmente, verificou-se os custos para a aquisição de passagens aéreas utilizando a técnica de Estimativa de Três Pontos, considerando os cenários mais prováveis, mais otimista e realista para a definição do valor a ser considerado para cada trecho (ida e volta), visando buscar a maior precisão, empregando a seguinte fórmula $E=(4R+O+P)/6$ (BRASIL, 2019 art. 33).

Para isso, adotou-se os seguintes valores para a aquisição das passagens:

Tabela 1 – Estimativa de Custos para a aquisição de Passagens Aéreas (R\$)

Trecho (ida – volta)	Realista (R) (x4)	Otimista (O) (x1)	Pessimista (P) (x1)	Valor Utilizado (E) 4R+O+P/6
RJ – Cascavel - RJ	1.354,00	1.225,00	1.671,00	1385,33
RJ – Brasília - RJ	604,00	447,00	2.581,00	907,33
RJ – Uberlândia – RJ	1.165,00	850,00	1.450,00	1160,00
Brasília – Uberlândia – Brasília	1.352,00	910,00	1.819,00	1356,17
Brasília – Curitiba – Brasília	444,00	280,00	524,00	430,00
Brasília – Cascavel – Brasília	530,00	499,00	2.199,00	803,00
Brasília – RDC - Brasília	7.437,90	11.673,50	14.347,90	9.300,00
Uberlândia – Cascavel - Uberlândia	672,00	612,00	930,00	705,00

Fonte: os valores das passagens foram retirados do site [google.com/flights](https://www.google.com/flights), em 20 de agosto de 2020.

Os valores médios para a obtenção das munições necessárias ao preparo do BI F Paz (Leve) foram obtidos por intermédio de verificação de valores de pregões eletrônicos de aquisição de munição da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Governo do Mato Grosso, Processo nº 25014/2015 – Contrato nº 051/2015/SESP, com a

Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e o valor unitário são os adotados conforme Tabela 3:

Tabela 2 – Valores médios utilizados para explosivos e munições

Tipo de Munição	Unidade	Valor Utilizado
Cartucho 9 mm LUGER ETOG 124g	Unid	1,99
Cartucho 9 mm SIMUNITION	Unid	5,40
Cartucho 5,56x45 mm Comum SS109	Unid	3,28
Cartucho 5,56x45 mm Traçante L110 Gr	Unid	4,36
Cartucho 5,56x45 mm Festim	Unid	2,57
Cartucho 7,62x51mm Comum M1	Unid	3,95
Cartucho 7,62x51mm Traçante M62	Unid	7,39
Cartucho 7,62x51 mm Festim	Unid	3,18
Cartucho 308 WIN <i>Sniper</i>	Unid	10,42
Cartucho Calibre 12, 3T, Treinamento	Unid	3,31
Cartucho Calibre 12, 3T, Real	Unid	3,81
Cartucho Plástico Calibre 12, <i>Precision</i> (AM-403/P)	Unid	30,79
Cartucho .50 (12x99) Comum M33	Unid	30,40
Cartucho .50 (12x99) Traçante M17	Unid	45,98
Granada Explosiva Outdoor Luz e Som (GL-307)	Unid	360,31
Granada Lacrimogênea CS, (GL-300/T Hyper)	Unid	407,86
Espoleta Elétrica	Unid	18,00
Cordel Detonante Nitropenta	"10 m"	0,95
Estopim Hidráulica	"m"	2,89
Espoleta Comum	Unid	3,00
Petardo 50 g	Unid	58,80
Petardo 100 g	Unid	156,60
Carga de Sopro 553 b	Unid	56,12
Cartucho Calibre 38.1 mm Proj Lac (GL 101)	Unid	152,97
Espargidor de Ag P - Alc 1,5 m (GL 108/OC)	Unid	576,74

Fonte: Processo nº 25014/2015 – Contrato nº 051/2015/SESP, com a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC)

Os valores das munições e as quantidades das munições vendidas às Forças Armadas tem a restrição de dados e são tratadas como documentação reservada.

Os valores com as diárias dos militares e civis envolvidos no processo de preparo do BI F Paz (Leve) estão de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal, autárquica e funcional:

Tabela 3 - Valores das diárias

Tipo de Diária	Valor Utilizado R\$
Oficial General	321,10 / dia
Oficial Superior	267,90 / dia
Oficial Intermediário e Subalternos	224,20 / dia
Subtenentes e Sargentos	224,20 / dia
Cabos e Soldados	186,20 / dia

Fonte: Decreto nº 5.992, de 19 de setembro de 2006.

Os valores identificados para a aquisição de combustível estão de acordo com os valores médios obtidos através do site: http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Semanal_Estado.asp, de responsabilidade, da Agência Nacional do Petróleo:

Tabela 4 - Valores dos combustíveis

Tipo de Combustível	Valor Utilizado R\$
Óleo Diesel (OD)	3,86 / L
Gasolina (Gas)	4,26 / L

Fonte: http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Semanal_Estado.asp, acesso em 20 AGO 2020.

Os custos necessários para o aluguel dos veículos a serem utilizados durante o preparo do BI F Paz (Leve) estão de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, nº 006/2019 (SRP), de 23 de julho de 2019, às 09:31h, do Estado-Maior do Exército e foram adotados os seguintes valores, já incluídos as taxas de seguro de locação:

Tabela 5 – Valores utilizados para aluguéis variados

Tipo de Aluguel	Valor Utilizado R\$ (*)
Veículo de Passeio com ar e km livre	418,04 / dia
Veículo para até 16 passageiros (Van)	1.118,00 / dia
Ônibus para até 45 passageiros	10.440 / dia

Fonte: Ata de Realização do Pregão nº 006/2019, de 23 de julho de 2019.

Para facilitar o estudo dos custos e dos prazos necessários ao cumprimento de todas as etapas de inserção do BI F Paz (Leve) iniciou-se por detalhar as atividades dos níveis mais baixos até os níveis mais altos contidas, das atividades realizadas por ocasião da preparação do Batalhão de Infantaria (Leve) para a missão de paz no Haiti, utilizando-se a Técnica de Estimativa “*Bottom-up*”, utilizando uma abordagem ascendente (BRASIL, 2019, art.31).

Para facilitar a visualização de todas as atividades previstas no preparo do Batalhão optou-se por utilizar a confecção de uma Estrutura Analítica de Projeto (EAP) utilizando-se a técnica de decomposição para dividir ou subdividir o escopo do projeto, evidenciando-se as atividades e as entregas identificadas no projeto (*PMBOK*, 2017 – 6ª Edição, p. 158).

A estrutura da EAP foi criada com a identificação de várias abordagens identificadas nos Relatórios do Preparo e Relatórios Finais do Emprego, dos contingentes desdobrados no Haiti de 2004 a 2017, como se identifica nos Anexo A – Estrutura Analítica do Projeto e o Anexo B – Dicionário da EAP.

Sendo assim, verificou-se que as atividades de preparo para a missão no Haiti se aproximavam das atividades para a inserção no Nível RDL, com as devidas ressalvas previstas na publicação das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2019).

Além das atividades escaneadas para o preparo da missão no Haiti observou ainda as atividades previstas para o desdobramento de um BI F Paz (Leve) na República Centro-Africana (MINUSCA).

As ações para a escrituração da EAP facilitaram a identificação das atividades envolvidas e necessárias ao preparo da tropa e serviu, também, como um comparativo para a implementação dessas atividades e os requisitos determinados pela ONU para a ascensão ou manutenção nos níveis previstos no UNPCRS.

De exposto passou-se a discriminar as ações necessárias para a ascensão aos níveis do UNPCRS começando pelo nível inicial como se identifica a seguir:

1) Nível 1 (Registro)

- Para a inserção no Nível 1, a única atividade prevista é o estudo para a confecção da documentação necessária para envio a ONU, como o organograma da tropa, a lista de equipamentos pesados e de autossustento. Para a inserção do BI F Paz (Leve) nesse nível não foi identificado a necessidade de alocação de recursos. Para isso, os gastos necessários para a inserção no Nível 1 é nulo.

2) Elevação ao Nível 2

As atividades previstas para a inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 2 foram extraídas das necessidades identificadas nas publicações das Nações Unidas, face o UNPCRS, e do previsto para a elevação ao Nível RDL.

Algumas atividades foram extraídas por não necessitarem serem executadas e outras foram tratadas como “despesas”.

Ressalta-se ainda que, para a inserção no Nível 2, o país contribuinte de tropa (TCC), necessita realizar requerer a elevação, mas cabe ao Secretariado a decisão.

Iremos detalhar as atividades necessárias a inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 2 do UNPCRS:

a) Principais aspectos e critérios a serem analisados pela comissão das Nações Unidas para a elevação ao Nível 2:

- (1) os requisitos operacionais indicados nas operações de paz;
- (2) diversidade geográfica;
- (3) performance histórica da atuação do TCC;
- (4) idioma;
- (5) participação efetiva de mulheres; e
- (6) disponibilidade de recursos humanos e financeiros do Secretariado das

UN.

b) Para a realização da AAV, o país é auditado nos seguintes aspectos:

- (1) nível de treinamento da tropa;
- (2) qualidade dos equipamentos;
- (3) capacidade operacional;
- (4) esforços para prevenção da Prevenção da Exploração e Abuso Sexual (SEA, sigla em inglês);
- (5) estrutura de treinamento do país, etc.

c) Atividades identificadas como necessárias para a preparação da inspeção:

- (1) realização das Reuniões do Preparo:
- (2) realização do EPCOEM
- (3) realização do EPCOSUPel

(4) Treinamento da Tropa (execução dos módulos de tiro e aplicação dos módulos de treinamento previstos pela ONU)

(5) montagem da estrutura da Direção do Exercício;

(6) capacitação das subunidades de infantaria (x3);

(7) capacitação do EM CCAp;

(8) aquisição de combustível para o preparo;

(9) alocação de recursos para o controle de danos;

(10) alocação de recursos para a reserva de contingência.

Com a intenção de demonstrar e detalhar as demandas necessárias para a realização do Estágio de Preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-maior de Organização Militar de Força de Paz (EPCOEM) na tabela verifica-se a decomposição das tarefas e das entregas:

Tabela 6 - Atividades necessárias para a realização do EPCOEM

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Aquisição Passagens EPCOEM (marco)	Antecedência de 15 dias	-
2	Pagamento Diárias Instrutor CCOPAB (EPCOEM)	4,5 d	6.840,00
3	Aquisição Passagens Instrutores CCOPAB (EPCOEM)	1 d	8.311,98
4	Pagamento de Adicional Embarque para Instrutores do CCOPAB	1 d	570,00
5	Pagamento Diárias Oficial COTER	4,5 d	1.205,55
6	Aquisição Passagens Oficial COTER	1 d	1.385,33
7	Pagamento de Adicional Embarque Oficial COTER	1 d	95,00
8	Pagamento de diárias (Instrutores Convidados) EPCOEM	4,5 d	7.233,30
9	Aquisição de Passagens Instrutores Convidados EPCOEM	1 d	8.311,98
10	Pagamento Adicional Embarque (Instrutores Convidados)	1 d	570,00
11	Pagamento de diárias (Mil fora da Gu)	4,5 d	1.205,55
12	Aquisição de Passagens (Mil fora da Gu)	1 d	803,00
13	Pagamento Adicional Embarque (Mil fora da Gu)	1 d	95,00
14	Aquisição material de expediente	Antecedência de 90 dias	12.000,00
15	Aquisição de Material Permanente	Antecedência de 90 dias	3.682,00
TOTAL		4,5 d	52.308,69

O Estágio de Preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-Maior de Organização Militar de Força de Paz (EPCOEM) é realizado na Guarnição da Brigada responsável. A quantidade de militares envolvidos são 5 (cinco) instrutores do CCOPAB, 3 (três) instrutores convidados, 2 (dois) militares do COTER para acompanhar as atividades e 20 (vinte) militares do BI F Paz (Leve). A aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias se faz necessário aos militares em deslocamento para a Guarnição do Preparo. São custeados os valores para a aquisição de material de expediente, pagamento de luz e água, gastos com a concentração de tropa e aquisição de meios auxiliares de instrução. Recursos são repassados ao CCOPAB para a aquisição de materiais permanentes para melhoria da instrução. A duração do Estágio é de 4,5 dias, mas é necessário adquirir materiais com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias.

Fonte: O Autor.

O resumo das atividades necessárias à inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 2 estão descritas na tabela. O detalhamento das atividades está inserido no “Apêndice B – Dicionário da EAP”:

Tabela 7 – Resumo das atividades previstas para a elevação no Nível 2 do UNPCRS

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Aquisição de passagens SCDP (marco)	-	-
2	Descentralização dos recursos para o EPCOEM e EPCOSUPel (marco)	-	-
3	Descentralização de recursos para aquisição de munição (COLOG) (marco)	-	-
4	Reuniões Iniciais do Preparo	9,0 d	33.353,22
4.1	Reunião Inicial Preparo (Comando Militar de Área)	3,0 d	4.727,66
4.2	Reunião Inicial Preparo (Divisão de Exército)	3,0 d	4.727,66
4.3	Reunião de Coordenação do Preparo (Brigada do Preparo)	3,0 d	23.897,90
5	Realização do EPCOEM	5 d	52.308,69
6	Realização do EPCOSUPel	10 d	114.903,60
7	Descentralização de recursos para a Brigada do Preparo (marco)	-	-
8	Treinamento da Tropa (execução dos módulos de tiro e ensinamento dos módulos da ONU)	10 d	155.004,80
9	Montagem da estrutura da Direção do Exercício	20 d	100.000,00
10	Capacitação das Subunidades de Infantaria	60 d	213.218,94
11	Capacitação do EM, CCAp e SU Inf	60 d	316.216,29
12	Aquisição de combustível para o preparo	15 d	184.220,00
13	Alocação de recurso para o controle de danos	-	60.000,00
14	Alocação de recursos para a reserva de contingência	-	50.000,00
15	Inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 2 (marco)	-	-
TOTAL		4 meses	1.279.225,54

Fonte: O Autor

Ressalta-se que os gastos necessários para a realização da Visita de Avaliação e Assessoria (AAV) estará a cargo das Nações Unidas (ONU). A AAV poderá ocorrer por ocasião dos dias finais da realização do EAOP, no evento de nº 11 (Capacitação do EM, CCAp e SU Inf), da Tabela 7 – **Resumo das atividades previstas para a elevação no Nível 2 do UNPCRS**.

Com o intuito de diminuir os custos com o deslocamento dos instruídos do BI F Paz (Leve), para os estágios do CCOPAB, na Guarnição do Rio de Janeiro/RJ, será adotado o sistema de deslocamento de uma equipe móvel de treinamento para a guarnição responsável pelo preparo.

3) Manutenção no Nível 2

Após a inserção no Nível 2 do UNPCRS, o país contribuinte de tropa (TCC) poderá permanecer por até 5 (cinco) anos no mesmo nível, sem a necessidade de realizar uma nova certificação, junto à ONU (AAV).

Caso seja necessário a manutenção dos conhecimentos obtidos na inserção do Nível 2, na realização da AAV, o COTER poderá propor a realização de exercício na carta, sem a presença de tropa, com a participação dos comandantes de batalhão, chefes de seção de estado-maior, comandantes de subunidades e pelotão.

O resumo da estimativa dos custos e dos prazos estão descritos a seguir, na Tabela 8:

Tabela 8 - Atividades previstas para a manutenção no Nível 2 do UNPCRS

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Realização de Exercício na Carta para o Estado-Maior	5 d	89.027,20
2	Realização de Exercício na Carta para Cmt SU e Pel	5 d	89.027,20
TOTAL			178.054,40

Fonte: O Autor

O detalhamento das atividades previstas para a manutenção no Nível 2 estão discriminadas no “Apêndice B – Dicionário da EAP”.

A realização das atividades previstas para a manutenção no Nível 2 não estão previstas nas diretrizes da ONU, sobre o UNPCRS.

4) Autocertificação no Nível 2

No terceiro ano após a certificação da AAV, o TCC necessita realizar a sua autocertificação. Devidamente assessorado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) e pelo Estado-Maior do Exército (EME), o MD poderá autorizá-la.

O resumo dos custos e dos prazos necessários à autocertificação é apresentado na Tabela 9:

Tabela 9 - Atividades previstas para a autocertificação no Nível 2 do UNPCRS

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Aquisição de passagens para militares do COTER, EME e MD	3 d	3.212,00
2	Pagamento de diárias aos militares	3 d	2.812,00
3	Pagamento de Adicional de Embarque	3 d	380,00
TOTAL			6.404,00

Fonte: O Autor

As atividades para a autocertificação poderão ocorrer durante as atividades previstas para a manutenção dos padrões de treinamento para o Nível 2.

A realização das atividades previstas para a autocertificação não estão previstas nas diretrizes da ONU, sobre o UNPCRS.

5) Elevação ao Nível 3

A ascensão ao Nível 3 também é uma atividade meramente administrativa com a participação de vários atores, com os militares do EME, COTER, DGP (D Sau), DCT, DEC, COLOG e Ba Ap Log Ex.

O Grupo de Trabalho necessita se reunir na Guarnição do Rio de Janeiro/RJ, em duas oportunidades, para confeccionar a Lista dos Equipamentos Pesados (ME), Lista dos Equipamentos de Autossustento (SS), Cargo Load List, indicar o porto de embarque de material e os cronogramas de desdobramento de tropa para a missão de paz.

O levantamento para os custos e prazos para a elevação ao Nível 3 foi obtido após a análise da documentação produzida para o desdobramento de BI F Paz (Leve) para a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) e a duração para a confecção da documentação necessária demorou um período de 90 (noventa) dias.

As reuniões ocorreram na Base de Apoio Logístico do Exército, na Guarnição do Rio de Janeiro/RJ.

A estimativa de custos com os deslocamentos, a aquisição de passagens e o pagamento de adicional de embarque estão de acordo com a Tabela 10:

Tabela 10 - Atividades previstas para a elevação ao Nível 3 do UNPCRS

Nr	Atividade	Duração	Nr	Custos R\$
1	Aquisição de passagens aéreas	9 dias	18 trechos	14.517,28
2	Pagamento de diárias	9 dias	9 oficiais	38.577,60
3	Pagamento de Adicional de Embarque	9 dias	9 oficiais	1.520,00
TOTAL				54.614,88

Fonte: O Autor

O país ao alcançar o Nível 3, o TCC poderá permanecer por até dois anos e após isso uma autocertificação é requerido e validada por mais um ano, ou seja, o país poderá permanecer no Nível 3 por um período de até 3 anos sem custos para o país contribuinte de tropa.

6) Elevação ao Nível *Rapid Deployment Level* (RDL)

O último nível a ser alcançado pelo país contribuinte de tropa (TCC), antes do seu desdobramento, é também considerado como o nível pretendido pelas Nações Unidas, no tocante a maturidade de conhecimentos do país sobre o sistema ONU e a capacidade operativa alcançado pelo contingente de tropa.

Pode-se considerar que, após o BI F Paz (Leve) alcançar o Nível RDL, os integrantes do contingente, os assessores e tomadores de decisão alcançaram maturidade essenciais para assumir uma Zona de Ação em um missão de paz, sob a égide das Nações Unidas e são passíveis de lograrem êxito na implementação do mandato.

Nesse nível, o TCC pré-acorda um Memorando de Entendimento com a ONU e se qualifica em desdobrar o contingente, em até 60 (sessenta) dias. Desse modo, cresce de importância que a autorização política seja autorizada, antes mesmo do país sugerir a sua inserção no Nível RDL.

Da análise da estimativa dos prazos, com o pedido formal das Nações Unidas em desdobrar um BI F Paz (Leve) na MINUSCA, ocorrer em novembro de 2017 e a negativa da Presidência da República, em janeiro de 2018, transcorridos aproximadamente 60 (sessenta) dias, cresce de importância a autorização política, antes da ascensão ao Ni RDL.

Além das atividades listadas acima, o TCC, no período de 60 (sessenta) dias, necessita realizar as seguintes atividades, conjuntamente com a preparação final, de acordo com (UNITED NATIONS, 2019.02, item 9.2):

- Reconhecimento na área de missão;
- Negociação do Memorando de Entendimento (MOU) com a ONU;
- Vacinação específica para o contingente;
- Pintura do equipamento, no padrão ONU;
- Treinamento específico, pré-desdobramento; e
- Deslocamento do contingente para o porto de embarque determinado no Nível 3.

Além das atividades listadas acima, o TCC necessita realizar o seu preparo completo com a capacitação de seus militares nos estágios descrito, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.**Quadro 1 - Estágios de Capacitação para o preparo de um BI F Paz (Leve).

Para a inserção no Nível RDL é imperioso afirmar que o BI F Paz (Leve) necessita realizar todos os treinamentos previstos, os estágios propostos, a execução dos módulos de tiros completos, a realização dos exercícios básico e avançado e a preparação linguística.

A Visita de Verificação (VV, sigla em inglês), a ser realizada pela ONU, poderá ser agendada para coincidir com a realização do Estágio Avançado de Operações de Paz (EAOP) ou após a conclusão deste.

Para a aprovação no Nível RDL o país deverá demonstrar a capacidade de funcionamento de 100% dos equipamentos listados no ME e SS, com a capacidade de manter todos eles, demonstrar a seleção do pessoal, com especial atenção aos militares na função de comando, e por fim, o treinamento de todos os integrantes do contingente com os módulos básicos de treinamento, determinados pela ONU.

As atividades previstas para a inserção do Nível RDL serviu de base para o planejamento de todos os níveis do UNPCRS. As atividades estão listadas de acordo com o preconizado no treinamento para a MINUSTAH (Haiti) e o planejamento para o desdobramento para a MINUSCA (República Centro-Africana).

O resumo das estimativas para os custos e os prazos para a inserção de um BI F Paz (Leve), no Nível RDL, estão descritos na Tabela 11:

Tabela 11 - Atividades previstas para a elevação ao Nível RDL do UNPCRS

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Reuniões Iniciais do Preparo (4 reuniões)	2,5 d / reunião	60.987,61
2	Realização do EPCOEM	5 d	106.562,76
3	Realização do EPCOSUPel	10 d	284.122,59
4	Treinamento da Tropa	90 d	2.671.997,98
4.1	Execução dos Módulos de Tiro	30 d	1.238.236,20
4.2	Instrução do CPTM	20 d	153.982,90
4.3	Execução dos Estágios de Capacitação	40 d	1.279.778,88
5	1º Reconhecimento do CCOPAB	5 d	46.390,84
6	2º Reconhecimento do CCOPAB e CA- Leste	5 d	57.812,66
7	Montagem da Infraestrutura de Apoio	60 d	2.443.512,00
8	Concentração da Tropa para a realização do EBOP e EAOP	10 d	1.014.401,30
9	Realização do Estágio Básico de Operações de Paz (EBOP)	10 d	296.886,16
10	Realização do Estágio Avançado de Operações de Paz (EAOP)	5 d	260.839,45
11	Certificação da ONU (Visita de Verificação, VV)	5 d	20.589,12
12	Aquisição de combustível para o preparo	-	513.800,00
13	Recurso para o controle de danos	-	60.000,00
14	Reserva de Contingência	-	100.000,00
TOTAL			7.937.902,47

Fonte: O Autor

O detalhamento das atividades previstas para a elevação no Nível RDL estão discriminadas no “Apêndice B – Dicionário da EAP”.

Identificou-se por ocasião da análise dos custos envolvidos no BI F Paz (Leve) desdobrados no Haiti uma grande variação na atividade nº 7 da Tabela 11 - “Montagem da Infraestrutura de Apoio”.

As Brigadas responsáveis pelo preparo tinham necessidades muito divergentes face a preparação de suas instalações para o preparo de seus militares.

Verifica-se que o item nº 4.3 da Tabela 11 – “Execução dos Estágios de Capacitação” foi dividido em Estágios Imprescindíveis e Essenciais, conforme “Apêndice B – Dicionário da EAP”.

Os Estágios Imprescindíveis visam capacitar as equipes para o cumprimento das atividades impostas para a implementação do Mandato da Missão. A não execução dos estágios tendem a comprometer a segurança e a operacionalidade do BI F Paz (L).

Os Estágios Essenciais tendem a aumentar a projeção brasileira no ambiente internacional demonstrando a capacidade do contingente em apoiar a população

residente do país hospedeiro e os contingentes dos outros países, determinam ainda o aumento da operacionalidade do contingente e o bem estar dos seus integrantes.

O TCC também deverá planejar um exercício a ser realizado no período de prontidão para demonstração das capacidades do BI F Paz (Leve) à ONU.

7) Manutenção no Nível *Rapid Deployment Level* (RDL)

Por determinação das Nações Unidas, após a inserção no Nível RDL o país deverá permanecer por no máximo 1 (um) ano como força de prontidão, tomando por base o ano fiscal da ONU.

A ONU convida o TCC a participar de um exercício de treinamento durante o período de “prontidão”.

Com isso determinou-se as seguintes atividades para que os militares partícipes das atividades constantes da elevação ao Nível RDL, mantenham a sua operacionalidade:

Tabela 12 - Atividades previstas para a manutenção no Nível *Rapid Deployment Level* (RDL)

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Realização de Exercício na Carta para o Estado-Maior	5 d	89.027,20
2	Realização de Exercício na Carta para Cmt SU e Pel	5 d	48.785,55
3	Execução dos Módulos de Tiro (Reduzido)	10 d	155.004,80
TOTAL			292.817,55

Fonte: O Autor

O detalhamento das atividades previstas para a manutenção no Nível RDL estão discriminadas no “Apêndice B – Dicionário da EAP”.

8) Atividades Pré-Desdobramento

As atividades de pré-desdobramento, durante a preparação para a MINUSTAH, até 2017, eram realizadas conjuntamente com as atividades de preparo para o desdobramento da missão.

Com a mudança da sistemática para o UNPCRS, o contingente a ser desdobrado em uma operação de paz não necessita realizar as avaliações médicas, laboratoriais,

física e psicológicas nos níveis 1, 2, 3 e RDL do UNPCRS. Essas atividades podem ser realizadas durante o período de prontidão, após a certificação da VV e a assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) do TCC com a ONU.

Além das avaliações citadas, os contingentes a serem desdobrados necessitam realizar a vacinação, pintura dos equipamentos no padrão ONU, reconhecimento na área da missão e o deslocamento para o porto de embarque, na situação listada acima.

O prazo para o desdobramento da tropa após a consulta das Nações Unidas deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias. A preocupação maior para o desdobramento de tropa em uma missão, após cumprir todas as exigências para a ascensão ao Nível RDL, está no cumprimento dos prazos.

O resumo das estimativas de custos e dos prazos para se atender a demanda das Nações Unidas estão descritas como consta a Tabela 13:

Tabela 13 - Atividades Pré-Desdobramento

Nr	Atividade	Duração	Custos R\$
1	Negociação do MOU	5 d	71.040,00
2	Avaliações	20 d	437.137,64
3	Vacinação	3 d	21.203,33
4	Pintura dos Materiais de Emprego Militar (MEM)	30 d	262.500,00
5	Reconhecimento na Área da Missão	9,5 d	275.710,00
6	Treinamento Pré-Desdobramento	20 d	593.898,65
6	Deslocamento do Contingente para o Porto de Embarque	10 d	563.760,00
TOTAL		60 d	2.225.629,62

Fonte: O Autor.

O detalhamento das atividades previstas para as atividades Pré-Desdobramento está discriminado no “Apêndice B – Dicionário da EAP”.

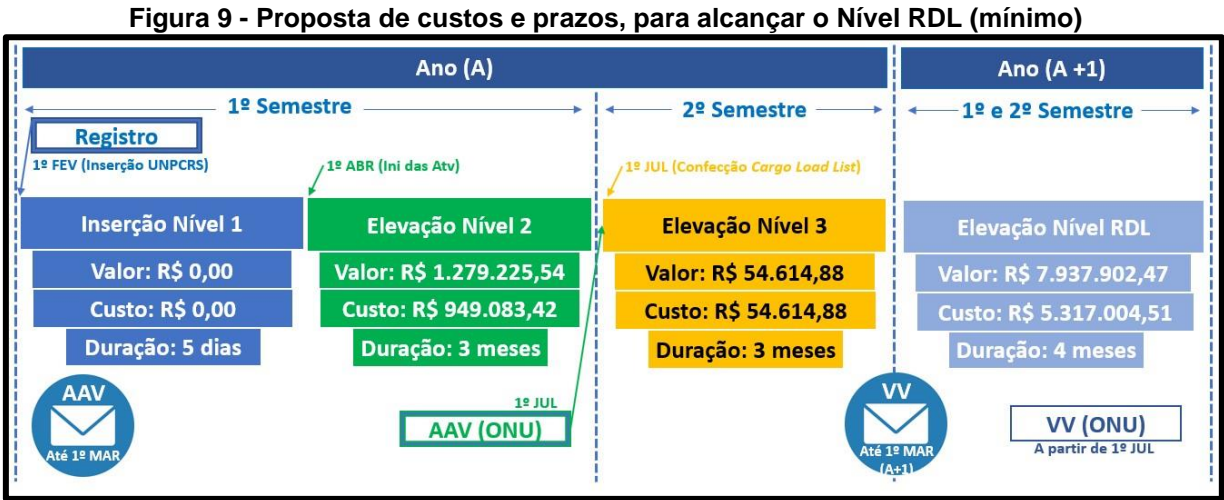
Em resumo pode-se identificar os custos e os prazos para a ascensão de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve), do Nível 1 ao Nível *Rapid Deployment Level* (RDL), do UNPCRS, conforme tabela:

Tabela 14 – Resumo das Atividades dos UNPCRS

Fração	UNPCRS				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível RDL	Pré-Desdobramento
BI F Paz (Leve)	-	INSERÇÃO NÍVEL 2	-	INSERÇÃO NÍVEL <i>RDL</i>	-
		R\$ 1.279.225,54		R\$ 7.937.902,47	
		Duração 3 meses		Duração 4 meses	
		Permanência no nível por até cinco anos, sem uma nova AVV.		Finalizar o preparo com a certificação da ONU (VV). Deverá ser precedido de autorização do Congresso Nacional.	
	INSERÇÃO NÍVEL 1	MANUTENÇÃO NÍVEL 2	INSERÇÃO NÍVEL 3	MANUTENÇÃO NÍVEL <i>RDL</i>	ATIVIDADES PRÉ-DESDOBRAMENTO
	R\$ 0,00	R\$ 178.054,40	R\$ 54.614,88	R\$ 292.817,55	R\$ 2.225.629,62
	Duração 5 dias	Duração 10 dias	Duração 3 meses	Duração 20 dias	Duração 60 dias
	Confecção da documentação necessária à inserção da capacidade	Realização da atividade, caso haja substituição de mais de 20% do efetivo dos quadros da tropa certificada.	Permanência no nível por até três anos, com uma autocertificação, após dois anos.	A ser realizado na presença da ONU, para a permanência no nível, por período de um ano.	Conciliar as atividades para o desdobramento
	-	AUTOCERTIFICAÇÃO NÍVEL 2	-	-	-
		R\$ 6.404,00			
		Duração 3 dias			
		Realizado após transcorrer três anos da AAV.			

Fonte: O Autor

Uma proposta para a estimativa de custos e prazos mínimos necessários para a ascensão do Nível 1 ao Nível RDL, para o desdobramento de um BI F Paz (Leve), estão de acordo com a figura abaixo:



Fonte: O Autor

A alocação dos custos para a ascensão do Nível 1 ao RDL, com base na proposta listada acima, por atividades, seguem de acordo com a tabela abaixo, com a inserção dos valores previstos para o Pré-Desdobramento:

Tabela 15 - Alocação dos recursos por Natureza de Despesas (somente os custos)

Nr	Atividade	Custos R\$	%
1	ND 30 (Material de Consumo)	958.098,93	11,42%
2	ND 39 (Outros Serviços de Terceiros)	718.039,05	8,56%
3	ND 52 (Equipamentos e Material Permanente)	278.134,00	3,31%
4	Diárias	1.527.760,95	18,21%
4.1	Diárias pagas no exterior para Of Gen (Div ou Bda)	10.800,00	-
4.2	Diárias pagas no exterior para Of Sp	174.420,00	-
4.3	Diárias nacionais pagas a Of Gen	16.055,00	-
4.4	Diárias nacionais pagas a Of Sp	305.807,85	-
4.5	Diárias nacionais pagas a Of Interm/Subalt	247.460,75	-
4.6	Diárias nacionais pagas a S Ten/Sgt	363.035,85	-
4.7	Diárias nacionais pagas a Cb/Sd	387.761,50	-
5	Adicional de Embarque	72.675,00	0,87%
6	Combustível	742.410,00	8,85%
6.1	Óleo Diesel	584.790,00	-
6.2	Gasolina	157.620,00	-
7	Apoio de rancho (QR)	122.050,00	1,45%
8	Aluguel de veículos	1.581.939,00	18,85%
9	Passagens aéreas	980.614,02	11,69%
10	Munições e Explosivos	1.406.406,68	16,76%
11	Vacinas	3.520,00	0,04%
TOTAL		8.391.327,63	100%

Fonte: O Autor

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo teve por objetivo identificar os fatores de custos e os prazos para o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) para atuar em prol das Nações Unidas, de acordo com o Sistema de Prontidão das Capacidades das Nações Unidas (UNPCRS).

Para isso foi identificado a participação brasileira em operações de paz, sob a égide das Nações Unidas (ONU), com ênfase nas atividades realizadas por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no período de 2004 a 2017, e no preparo para um novo desdobramento de um Batalhão na Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana, ocorrido em 2017, sem êxito para as Forças Armadas e para o Brasil, ocasionando um descontentamento e frustração para os militares e funcionários da ONU.

Os objetivos específicos do estudo estão discriminados a seguir.

5.1 Identificar as atividades necessárias ao preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve), segundo o Sistema de Prontidão das Capacidades da Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS)

Identifica-se na elaboração do item 2.2 – Sistema de Prontidão das Capacidades da Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS), sobre as atividades impostas pela ONU, nas diretrizes da documentação referenciada, todos os aspectos necessários a ascensão e elevação dos níveis das capacidades dos contingentes, para o êxito de suas ações, bem como os parâmetros a serem a serem cobrados na *Assessment and Advisory Visit* (AAV, sigla em inglês) e na *Verification Visit* (VV, sigla em inglês) que aprovam a inserção do BI F Paz , respectivamente nos Níveis 2 e RDL, do UNPCRS.

Da mesma forma, ainda no item 2.4, identifica-se os estágios a serem ministrados no CCOPAB, que corrobora com o início da capacitação dos integrantes do BI F Paz.

Ainda, nos itens 2.5 – O Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve) e 2.6 – Preparo de Contingentes verifica-se os tipos de operações, que o Batalhão necessita ser capacitado, e todos os estágios de capacitação, os módulos de tiros e atividades que

constaram da preparação a MINUSTAH (Haiti) e no planejamento para o desdobramento na MINUSCA (República Centro-Africana).

5.2 Estimar os custos e prazos para a preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, com base no UNPCRS e de acordo com a metodologia de gerenciamento de projetos prevista na NEGAPEB (2013) e na 6ª Edição do PMBoK (2017)

Com as Técnicas de Estimativas fundamentadas, no item 2.8 – Técnicas de Estimativas, tentou-se buscar a maior precisão nos valores apresentados na Tabela 1 – Estimativa de Custos para a aquisição de Passagens Aéreas (R\$), Tabela 2 – Valores médios utilizados para explosivos e munições, Tabela 6 - Atividades necessárias para a realização do EPCOEM, Tabela 8 - Atividades previstas para a manutenção no Nível 2 do UNPCRS, Tabela 9 - Atividades previstas para a autocertificação no Nível 2 do UNPCRS, Tabela 10 - Atividades previstas para a elevação ao Nível 3 do UNPCRS, Tabela 11 - Atividades previstas para a elevação ao Nível RDL do UNPCRS, Tabela 12 - Atividades previstas para a manutenção no Nível Rapid Deployment Level (RDL) e Tabela 13 - Atividades Pré-Desdobramento.

A confecção da Estrutura Analítica do Projeto (EAP), como consta no “Apêndice A”, e o seu Dicionário, no “Apêndice B”, facilitou em criar uma visão estruturada das atividades a serem realizadas para alcançar o êxito, na elevação dos níveis previstos no UNPCRS.

Verificou-se que as ações necessárias à inclusão no Nível RDL se assemelham as atividades para se alcançar o Nível 2, com a supressão de algumas atividades, para se economizar recursos orçamentários.

As estimativas de custos e de prazos apresentadas nas Tabela 7 – Resumo das atividades previstas para a elevação no Nível 2 do UNPCRS, Tabela 10 - Atividades previstas para a elevação ao Nível 3 do UNPCRS, Tabela 11 - Atividades previstas para a elevação ao Nível RDL do UNPCRS e a Tabela 13 - Atividades Pré-Desdobramento, principalmente, caracterizam uma proposta para a ascensão do Nível 1 ao Nível RDL, bem como as Atividades Pré-Desdobramento, com as devidas estimativas de custos e prazos necessários.

Várias técnicas de estimativas de custos foram utilizadas para se iniciar o estudo de viabilidade de alocação de recursos para o desdobramento de tropas. E, com isso, conseguiu-se auditar os valores necessários para cada atividade imposta pelo UNPCRS e agregar um valor unitário e final de expectativa de custos.

Ressalta-se que os detalhes das atividades demonstradas nas tabelas listadas estão discriminados no “Apêndice B – Dicionário da EAP”.

A proposta de estimativas de custos e de prazos, demonstrados na Figura 9 - Proposta de custos e prazos, para alcançar o Nível RDL (mínimo), caracteriza o menor período para se alcançar o Nível RDL, bem como o recurso mínimo para se alcançar o objetivo.

Por fim:

Um novo desdobramento de tropa, em missões de paz, somente ocorrerá se galgarmos todos os níveis do UNPCRS. A frustração ocasionada ao Alto Comissariado das Nações Unidas com a desaprovação do Governo Brasileiro em desdobrar um BI F Paz (L), na República Centro Africana, em 2017/2018, insere o Brasil em igualdades de condições com os outros países que utilizaram seus orçamentos para estarem no Nível *Rapid Deployment Level* (RDL).

A análise das atividades de preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Leve), com a estimativa dos custos e dos prazos necessários ao desdobramento em uma operação de paz, se torna necessário para se evitar o insucesso de um possível desdobramento, com a inserção das indecisões políticas e da falta de uma política externa brasileira mais robusta e sustentável.

O Exército Brasileiro possui um Sistema Operacional Militar que se enquadra ao objetivo de preparo e desdobramento de força com base nas demandas do UNPCRS. O Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) é gerenciado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) e tem como um dos produtos a preparação de forças para o UNPCRS.

O Brasil possui uma boa estrutura para amparar o treinamento de tropa, com pessoal capacitado e possui ainda Centro de Instrução de excelência. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) inicia a capacitação dos militares e finaliza o preparo, com a execução de 2 (dois) exercícios para a avaliação da tropa.

Os estágios propostos pelos comandantes de contingentes, desdobrados no Haiti, são a maior experiência e legado para o preparo de novos contingentes para o desdobramento, em uma nova missão.

A possibilidade de inserir conhecimentos básicos de projetos, propostos e norteados pela NEGAPEB e o PMBOK (4ª Edição) agregou valores de gestão de projetos e facilitou a visibilidade de todas as atividades executadas no passado e demonstrados em forma de Estrutura Analítica de Projetos (EAP).

Outros conhecimentos agregados a gestão de projetos poderão ser inseridos facilmente no presente estudo, com o intuito de facilitar o planejamento, a análise e controle dos custos e dos prazos, face a um novo desdobramento de tropa.

O presente estudo poderá auxiliar no levantamento dos custos necessários ao preparo de tropas e com o objetivo final de se chegar ao Nível RDL, para a inserção de novas capacidades de tropas brasileiras no UNPCRS.

De posse dos conhecimentos dos custos e dos prazos necessários às diversas atividades do UNPCRS, as autoridades brasileiras que formulam a política externa brasileira e tem o poder de decisão para autorizar o emprego de tropa no exterior terão maiores ferramentas para a tomada da decisão.

É indubitável afirmar que, o emprego de um BI F Paz (Leve), em operações de paz, caracteriza o ultimo nível de adestramento da tropa para o emprego em ambiente internacional e nacional. A experiência dos militares brasileiros em atuar em uma área deflagada por conflito, capacita-os para as mais variadas missões indicadas pela nossa Carta Magna.

A oportunidade de participar em uma Operação de Paz, sob a égide das Nações Unidas, é motivo de honra para os militares brasileiros, os “*peacekeepers*”.

A falta de um planejamento mais robusto, baseado em Gestão de Projetos, a demora para se obter os dados dos custos, pode ter influenciado na decisão de desdobrar um BI F Paz (Leve), na MINUSCA (República Centro-Africana)

O presente estudo norteou a estimativa de custos e dos prazos para a inserção no Nível 2 um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Mecanizado), batalhão do Tipo 3 do UNIBAM, uma Companhia de Engenharia de Força de Paz, uma *Quick Reaction*

Force (valor subunidade) e de uma Companhia de Forças Especiais, bem como a aprovação para a inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 3 do UNPCRS, em despacho proferido com o Comando de Operações Terrestres (COTER), em setembro de 2020.

REFERÊNCIAS

ALVES, Harley. Comando de Operações Terrestres (COTER). **Portaria nº 584, de 4 de junho de 2004**. Relatório da Visita de Acompanhamento à Brigada Haiti. CONFIDENCIAL. Brasil, 4 de junho de 2004.

ANORPH, A. Tenente Coronel do Force Generation Service (PCRS Manager) da ONU. Seminário “Achieving Operational Readiness” realizado no Argentine Joint Training Center for Peace Operations (CAECOPAZ) supported by U.S Southern Command (USSOUTHCOM), realizado no período de 4 e 5 set. 2019, em Buenos Aires, Argentina.

BARROS, Otavio S. R. B. Comandante do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (12º Contingente). Relatório do Emprego do 12º Contingente. CONFIDENCIAL. Porto Príncipe/Haiti, 11 de Agosto de 2010.

BEZERRA, Ricardo. P. A., Comandante do Batalhão de Infantaria de Força de Paz – 23º Contingente, no Haiti, Relatório de Emprego do BRABAT 23. CONFIDENCIAL. Port-au-Prince, 20 de junho de 2016.

BRAHIMI, Lakhdar. General Assembly Security Council, Fifty-fifty session. Report of the Panel on United Nations Peace Operations. 17 August 2000 from the Chairman of the Panel on United Nations Peace Operations to the Secretary General. A/55/305, S/2000/809.

BRASIL. **Comando de Operações Terrestres (COTER). Portaria nº 216-COTER, de 18 de novembro de 2019**. Aprova a Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre (EB70-D-10.002), 2ª Edição, 2019. **Boletim do Exército nº 49. Brasília, 2019**.

_____. **Comando de Operações Terrestres (COTER). Portaria nº 013-COTER, de 28 de março de 2006**. Diretriz de Preparo para Contingentes e Militares em Missões Individuais junto às Nações Unidas.

_____. **Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013**. Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e

Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (EB20-N08.001), 2ª Edição, 2013.

_____. **Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 300-EME, de 9 de novembro de 2015.** Aprova a Diretriz para a seleção, a estruturação e o preparo de Organizações Militares de Força de Paz colocadas à disposição do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS) – (EB20-D-05.004).

_____. **Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 134-EME, de 8 de agosto de 2018.** Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Prg EE SISOMT).

_____. **Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019.** Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002), 1ª Edição, 2019.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa (END).** Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Biblioteca digital:** bibliografia nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>

_____. **Gabinete do Comandante do Exército. Portaria Nº 090, de 23 de fevereiro de 2005.** Cria o Centro de Instrução de Operações de Paz.

_____. **Ministério da Defesa. Portaria nº 952-MD, de 15 de junho de 2010.** Cria o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

_____. **Presidência da República. Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5992.htm, acesso em 13 de setembro de 2020.

BOUTELLIS, A. e KARLSRUD, J. Plug and Play Multinacional Rotation Contributions for UN Peacekeeping Operations. Norwegian Institute of International Affairs 2017. NUPI Report nº 3, 2017. ISSN 1894-650X.

CAMPOS, Claudinei J. G., Membro do laboratório de Pesquisa Clínico-Qualitativa (LPCQ) da FCM – UNICAMP. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev Bras Enferm, Brasília (DF), 2004 set/out; 57 (5):611-4.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB), Centro Sergio Vieira de Mello. Biblioteca digital. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/cursos-e-estagios>>. Acesso em 3 de junho de 2020.

COLUM, L. Senior Staff Writer at Foreign Policy. Exclusive: Rwanda Revisited. **Biblioteca digital.** Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2015/04/05/rwanda-revisited-genocide-united-states-state-department/>>.

FILHO, Francisco Siqueira. Comando de Operações Terrestres (COTER). 1ª Subchefia /CEPAEB. Memória nº 001, de 29 de maio de 2004. Força de Paz do Haiti – Missão MINUSTAH.

FILHO, Geraldo G. M. F. General de Brigada do Exército Brasileiro. Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e Coordenador do Preparo do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (14º Contingente). Relatório Final do Preparo do 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 14º Contingente Brasileiro no Haiti (BRABAT 1/14). CONFIDENCIAL. Recife/PE, 9 de dezembro de 2010.

General Assembly Security Council, United Nations, Fifty-fifth session, **Biblioteca digital:** bibliografia internacional. Disponível em: <https://www.un.org/en/events/pastevents/brahimi_report.shtml>

Hoffmann, Alexandre. O Brasil na República Centro-Africana: Oportunidades para a Política Externa. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Bibliografia: f. 47-48

JUNGSMANN, R. Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil. **Biblioteca digital**: bibliografia nacional. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/pronunciamento/outubro/20171018_brasil_no_haiti.pdf>. Acesso em 11 jun. 2019.

KOOPS, J. A. e NOVOSSELOFF, A. Contemporary Security Policy. Volume 383, 427-442, de <<https://www.tandfonline.com/loi/fcsp20>>.

LADSOUS, Hervé. Under-Secretary-General for Peacekeeping Operations. Biblioteca digital: bibliografia internacional. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/statement-under-secretary-general-peacekeeping-operations-herve-ladsous-to-fourth-committee-1>>. Acesso em 23 jan. 2020.

MANGIAVACCHI, Adilson. Comandante do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (3º Contingente). Relatório Final da Operação, de 5 de dezembro de 2005.

MORGERO, João Carlos Vilela. Comandante da Brigada Haiti (2º Contingente). Relatório Final da Brigada Haiti – 2º Contingente, de 12 de junho de 2005.

MURPHY, R. (2015). United Nations peacekeeping capability readiness system (UNPCRS) formerly known as the United Nations standby arrangement system (UNSAS). **Biblioteca Digital**. Oxford Public International Law. Disponível em: <<http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1859?prd=EPIL>>

PEREIRA, Luiz E. R. B. General de Brigada do Exército Brasileiro. Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada e Coordenador do Preparo do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (14º Contingente). Relatório do Preparo do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 14º Contingente Brasileiro no Haiti (BRABAT 2/14). CONFIDENCIAL. Pelotas/RS, 21 de Janeiro de 2011.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25014/2015 – Contrato nº051/2015/SESP, para aquisição de material de consume – (Munições de diversos calibres), da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, de 11 de setembro de 2015. Disponível em <[file:///C:/Users/Pessoal/Downloads/ANEXO_DO_RELATORIO_TECNICO_274_48_2015_16%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Pessoal/Downloads/ANEXO_DO_RELATORIO_TECNICO_274_48_2015_16%20(1).pdf)>, acesso em 19 de setembro de 2020.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, Inc. Um Guia do Conhecimento de Projetos (Guia PMBOK)/Project Management Institute, 2017 (6ª Edição). Disponível em: <https://lccn.loc.gov/2017032505>

PUCHALSKI, Luciano. Relatório Final do Preparo do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 (12º Contingente), BRABAT 2/12, de 30 de junho de 2010.

RUGGERI, A. DORUSSEN, H. e GIZELIS, T.I. Winning the Peace Locally: UN Peacekeeping and Local Conflict. Winter, 163-185, International Organization 71 (2016)

SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS. Agência Nacional do Petróleo. Site nacional: http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Semanal_Estado.asp, acessado em 20 de agosto de 2020.

TEIXEIRA, Carlos A. R, HAMANN, Eduarda P. e RAMIRES, Carlos A. T. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), outubro de 2017.

United Nations, Department of Peace Operations, Department of Operational Support. Reference 2019.01. Guidelines - Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS). Approved by Jean-Pierre Lacroix, USG/DPO, 1 January 2019. Review date: 1 January 2021

_____, _____, Department of Peace Operations, Department of Operational Support. Reference 2019.02. Rapid Deployment Level of the Peacekeeping Capability Readiness System. Approved by Jean-Pierre Lacroix, USG/DPO, 1 January 2019. Review date: 1 January 2021.

_____, _____, Office of Military Affairs. United Nations Infantry Battalion Manual (UNIBAM). January, 2020.

_____, Operations Support Division, Office of Information and Communications Technology. Biblioteca digital: bibliografia internacional.

Disponível em: https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/P_K_O.pdf.

Acesso em 11 de julho de 2020.

VELOSO, Tarcisio A. B, *Head of Department of Peacekeeping Operations, Brazilian Ministry Defense. Self Sustainment Equipment (Infantry Battalion)*, 2016.

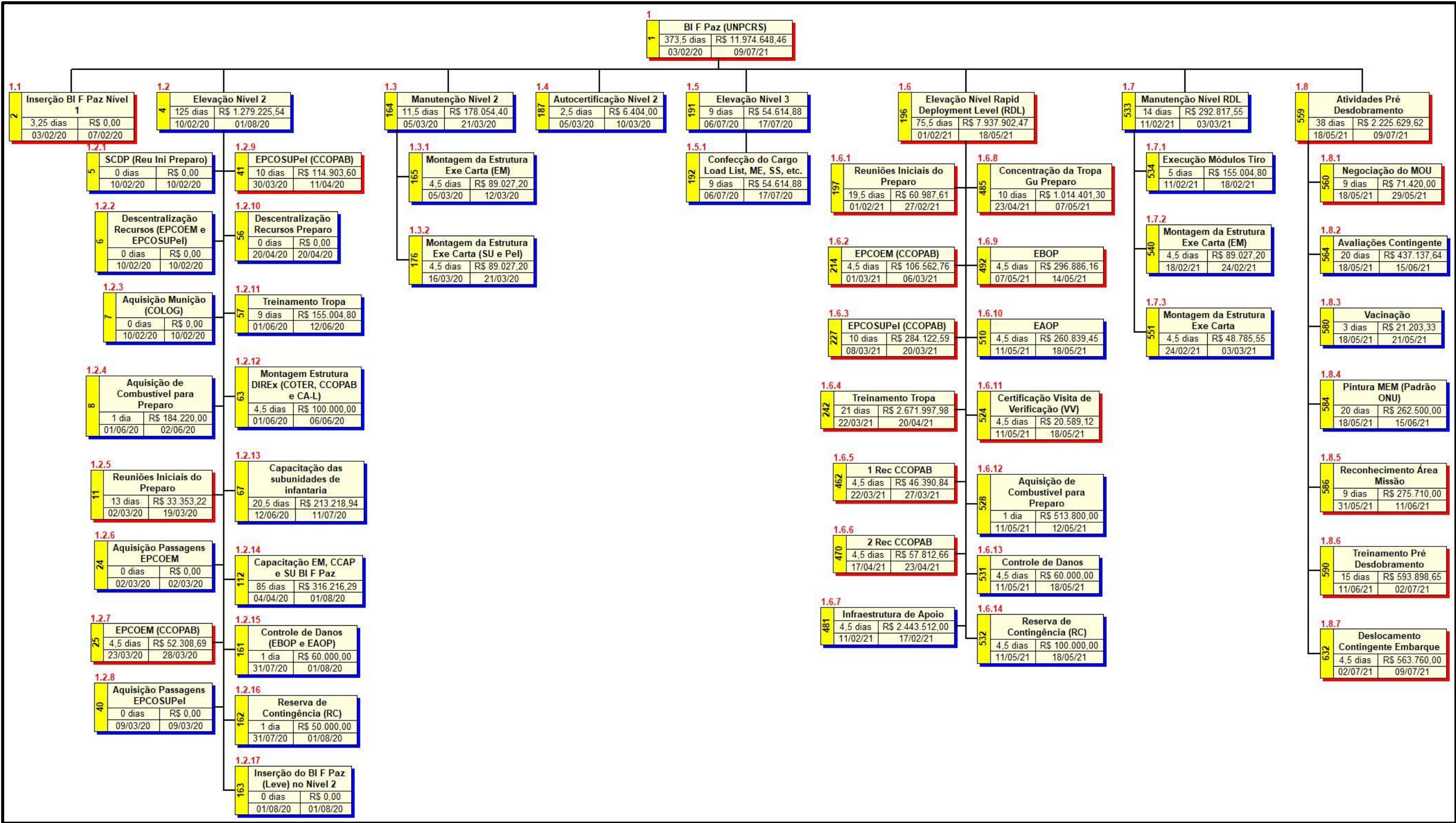
APÊNDICES

Apêndice A – Estrutura Analítica do Projeto (EAP)

Apêndice B – Dicionário da EAP (RESUMO)

Apêndice C – Dicionário da EAP

Apêndice A – Estrutura Analítica do Projeto



Apêndice B –EAP (ANALÍTICO)

1	BI F Paz (UNPCRS)	
	395,5 dias	R\$ 11.974.648,46
	03/02/2020	09/07/2021
	Atividades do Batalhão de Infantaria de Força de Paz Leve (BI F Paz - Leve) para ascensão do Nível 1 ao <i>Nível Rapid Deployment Leve (RDL)</i> do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção das Nações Unidas (UNPCRS), desenvolvidas por ocasião da apresentação de Trabalho para Conclusão de Curso (TCC), junto a Universidade de Brasília (UNB), do Aluno LEANDRO NERY ALVES VARGAS, apresentado em 22 SET 2020.	

1.1	Elevação Nível 1	
	5 dias	R\$ 0,00
	03/02/2021	07/02/2021
	Confecção da documentação necessária a inserção do BI F Paz no Nível 1 do UNPCRS: - Major Equipment (ME); - Self Sustainment (SS); - Organograma; e - Tarefas a serem realizadas pela tropa nas operações de paz.	

1.2	Elevação Nível 2	
	125 dias	R\$ 1.279.225,54
	10/02/2020	01/08/2020
	Atividades necessárias para a inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 2 do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS).	

1.3	Manutenção Nível 2	
	11,5 dias	R\$ 178.054,40
	05/03/2020	21/03/2020
	Uma vez aceito no Nível 2 do PCRS, o país contribuinte confirmará anualmente a manutenção da capacidade e após 3 anos da data da certificação será necessário a auto certificação, sendo validada por mais 2 ano até o período máximo de 5 anos. Após isso será necessária uma nova AAV para a certificação, <i>United Nations</i> , 2019.01, item 12.5. Caso haja a substituição de pelo menos 20% do efetivo, certificado na AAV, torna-se necessário a realização da Manutenção do Nível 2 do UNPCRS.	

1.4	Autocertificação Nível 2	
	2,5 dias	R\$ 6.404,00
	05/03/2020	10/03/2020
	A autocertificação do Nível 2 do BI F Paz ocorre após 3 anos da certificação da ONU (AAV), pelos Militares do MD, EME e COTER.	

1.5	Elevação Nível 3	
	90 dias	R\$ 54.614,88
	06/07/2020	07/11/2020
	Após a aceitação do Secretariado das Nações Unidas em elevar o nível da capacidade, uma Declaração de Requisito da Tropa (SUR, sigla em inglês) genérico é enviado ao país contribuinte para basear a organização da unidade. Concomitantemente, o país contribuinte deve encaminhar a Lista dos Equipamentos Pesados, Lista dos Equipamentos de Autossustento, <i>Cargo Load List</i> , a indicação do porto de embarque de material e os cronogramas de desdobramento de tropa para a missão de paz. O Departamento de Suporte Operacional (DOS) e o SFGCPC analisam a documentação enviada e validam a elevação da capacidade (<i>United Nations</i> , 2019.01, itens 13.2 e 13.3).	

1.6	Elevação Nível <i>Rapid Deployment Level</i> (RDL)	
	75,5 dias	R\$ 7.937.902,47
	01/02/2021	18/05/2021
	<p>Mais uma vez, o DOS solicita o envio das documentações listadas para a elevação ao Nível 3. Somente após o envio dos equipamentos listados da Lista de Major Equipments (ME) o DPO/DPS é marcado uma Visita de Verificação (VV, sigla em inglês). Durante a VV o Estado-Membro deverá atentar para os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - demonstrar o funcionamento de 100% dos equipamentos listados no <i>Major Equipments</i> (ME) e <i>Self-Sustainment</i> (SS), com a capacidade de auto-manutenção dos materiais; - demonstrar a seleção dos comandantes e integrantes da tropas; - demonstrar o treinamento de todos os militares integrantes do contingente em acordo com o treinamento básico e determinados pela ONU; 	

1.7	Manutenção Nível <i>Rapid Deployment Level</i> (RDL)	
	14 dias	R\$ 292.817,55
	11/02/2021	03/03/2021
	<p>Por determinação das Nações Unidas, após a inserção no Nível RDL o país deverá permanecer por no máximo 1 (um) ano como força de prontidão, tomando por base o ano fiscal da ONU.</p> <p>A ONU convida o TCC a participar de um exercício de treinamento durante o período de "prontidão".</p>	

1.8	Atividades Pré Desdobramento	
	60 dias	R\$ 2.225.629,62
	18/05/2021	10/08/2021
	<p>As atividades de pré-desdobramento, durante a preparação para a MINUSTAH, até 2017, eram realizadas conjuntamente com as atividades de preparo para o desdobramento da missão.</p> <p>Com a mudança da sistemática para o UNPCRS, o contingente a ser desdobrado em uma operação de paz não necessita realizar as avaliações médicas, laboratoriais, física e psicológicas nos níveis 1, 2, 3 e RDL do UNPCRS. Essas atividades podem ser realizadas durante o período de prontidão, após a certificação da VV e a assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) do TCC com a ONU.</p> <p>Além das avaliações citadas, os contingentes a serem desdobrados necessitam realizar a vacinação, pintura dos equipamentos no padrão ONU, reconhecimento na área da missão e o deslocamento para o porto de embarque, na situação listada acima.</p> <p>O prazo para o desdobramento da tropa após a consulta das Nações Unidas deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias. A preocupação maior para o desdobramento de tropa em uma missão, após cumprir todas as exigências para a ascensão ao Nível RDL, está no cumprimento dos prazos.</p>	

Apêndice C – Dicionário da EAP

Item	Nome da Tarefa	Duração	Responsável	Anotações
1	BI F Paz (UNPCRS)	395,5 dias	-	Atividades do Batalhão de Infantaria de Força de Paz Leve (BI F Paz - Leve) para ascensão do Nível 1 ao Nível Rapid Deployment Leve (RDL) do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção das Nações Unidas (UNPCRS), desenvolvidas por ocasião da aprese
1.1	Elevação Nível 1	5 dias	-	Confecção da documentação necessária a inserção do BI F Paz no Nível 1 do UNPCRS: - Major Equipment (ME); - Self Sustainment (SS); - Organograma; e - Tarefas a serem realizadas pela tropa nas operações de paz.
1.1.1	Confecção da documentação	5 dias	COTER	Confecção da documentação do BI F Paz para o Nível 1 do UNPCRS...
1.2	Elevação Nível 2	125 dias	-	Atividades necessárias para a inserção do BI F Paz (Leve) no Nível 2 do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS).
1.2.1	SCDP (Reu Ini Preparo)	0 dias	COTER	Aquisição por intermédio do SCDP do COTER, antes das reuniões iniciais de preparo. Antes das descentralizações dos numerários a Bda Preparo.
1.2.2	Descentralização Recursos (EPCOEM e EPCOSUPel)	0 dias	COTER	Descentralização dos recursos ao CCOPAB para a realização dos estágios.
1.2.3	Aquisição Munição (COLOG)	0 dias	COLOG	Descentralização dos Recursos Orçamentários para a aquisição de Munição para o EPCOSUPel, Treinamento de Tropa (Bda Preparo), Preparo do DOPaz (COPESP), EBOP e EAOP.
1.2.4	Aquisição de Combustível para Preparo	1 dia		Aquisição de combustível (óleo diesel e gasolina) para as instruções da tropa. Descentralização dos recursos para o Comando Logístico (COLOG) e distribuição para as OM Sede do Preparo.
1.2.5	Reuniões Iniciais do Preparo	13 dias	COTER	As Reuniões Iniciais do Preparo é composta por: - Reunião Inicial do Preparo (realizada no Cmdo Mil A); - Reunião Inicial do Preparo (realizada na DE); - Reunião de Coordenação do Preparo (realizado na Bda enquadrante do Preparo).
1.2.7	EPCOEM (CCOPAB)	4,5 dias	CCOPAB	O Estágio de Preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-Maior de Organização Militar de Força de Paz (EPCOEM) é realizado na Guarnição da Brigada responsável. A quantidade de militares envolvidos são 5 (cinco) instrutores do CCOPAB, 3 (três) instrutores convidados, 2 (dois) militares do COTER para acompanhar as atividades e 20 (vinte) militares do BI F Paz (Leve). A aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias se faz necessário aos militares em deslocamento para a Guarnição do Preparo. São custeados os valores para a aquisição de material de expediente, pagamento de luz e água, gastos com a concentração de tropa e aquisição de meios auxiliares de instrução. Recursos são repassados ao CCOPAB para a aquisição de materiais permanentes para melhoria da instrução. A duração do Estágio é de 4,5 dias, mas é necessário adquirir materiais com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias.
1.2.9	EPCOSUPel (CCOPAB)	10 dias		O Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidades e de Pelotão (EPCOSUPel) é realizado na Guarnição da Brigada responsável. A quantidade de militares envolvidos são 5 (cinco) instrutores do CCOPAB, 3 (três) instrutores convidados, 2 (dois) militares do COTER para acompanhar as atividades e 20 (vinte) militares do BI F Paz (Leve).

				<p>A aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias se faz necessário aos militares em deslocamento para a Guarnição do Preparo. São custeados os valores para a aquisição de material de expediente, pagamento de luz e água, gastos com a concentração de tropa e aquisição de meios auxiliares de instrução. Recursos são repassados ao CCOPAB para a aquisição de materiais permanentes para melhoria da instrução. A duração do Estágio é de 10 dias, mas é necessário adquirir materiais com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias.</p> <p>Estágio de Cmt SU/Pel (EPCOSUPEL), Duração: 10 dias. Incluso Aquis Mat e Sv para o estágio (Mat Expediente, QR, luz, água e telefone, meios auxiliares de instrução, maquetes, Mnt Armt, Vtr e Eqp, etc.). 1/2 diária. Apoio de 5 Of Instrutor de outras OM e 1 Of COTER. (Total: 31 Of Btl + 5 Instr + 1 Of COTER = 37 Of)</p>
1.2.11	Treinamento Tropa	9 dias	Bda Preparo	Atividades composta pela realização dos módulos de tiro propostos pelo CCOPAB (MTIA, MECB, METR e Armt menos letal)
1.2.12	Montagem Estrutura DIREx (COTER, CCOPAB e CA-L)	4,5 dias		Custos necessários a aquisição e construção da Direção do Exercício (DIREx) por ocasião do Exercício Básico e Avançado de Operações de Paz (EBOP e EAOP), a ser realizado nas instalações da Brigada responsável pelo preparo.
1.2.13	Capacitação das subunidades de infantaria	20,5 dias		A capacitação das subunidades envolve atividades referentes ao preparo da tropa com a instrução dos módulos de treinamentos previstos pela ONU (Core Pre-Deployment Training Material - CPTM), execução dos módulos de tiro e realização do Estágio Básico de Operações de Paz (EBOP).
1.2.14	Capacitação EM, CCAP e SU BI F Paz	85 dias		A capacitação das subunidades envolve atividades referentes ao preparo da tropa com a instrução dos módulos de treinamentos previstos pela ONU (Core Pre-Deployment Training Material - CPTM), execução dos módulos de tiro e realização do Estágio Básico e Av
1.2.16	Reserva de Contingência (RC)	1 dia	COTER	Valor de Reserva de Contingência a cargo do Ch Mis Paz Av e IGPM para atribuições externas e não planejadas no presente estudo no valor de 5% a 10% do custo total.
1.3	Manutenção Nível 2	11,5 dias	-	<p>Uma vez aceito no Nível 2 do PCRS, o país contribuinte confirmará anualmente a manutenção da capacidade e após 3 anos da data da certificação será necessário a auto certificação, sendo validada por mais 2 ano até o período máximo de 5 anos. Após isso será necessária uma nova AAV para a certificação, United Nations, 2019.01, item 12.5.</p> <p>Caso haja a substituição de pelo menos 20% do efetivo, certificado na AAV, torna-se necessário a realização da Manutenção do Nível 2 do UNPCRS.</p>
1.3.1	Montagem da Estrutura Exe Carta (EM)	4,5 dias	COTER	Montagem de Exe na Carta com a participação de militares do EM do BI F Paz, Cmt SU e Pel, com duração de 5 dias e a participação de militares do CCOPAB e do Centro de Adestramento para a confecção dos incidentes.
1.3.2	Montagem da Estrutura Exe Carta (SU e Pel)	4,5 dias		<p>- COTER: 1 Of Gen e 2 Of Sp (3 dias);</p> <p>- CCOPAB: 4 Of Sp e 2 Of Interm;</p> <p>- CA-L: 4 Of Sp e 2 Of Interm.</p> <p>Montagem da estrutura para a execução do Exe, com base nos cálculos previstos pela Ch Prep (Seq de Simulação)</p>
1.4	Autocertificação Nível 2	2,5 dias	-	A autocertificação do Nível 2 do BI F Paz ocorre após 3 anos da certificação da ONU (AAV), pelos Militares do MD, EME e COTER.

1.5	Elevação Nível 3	90 dias	-	Após a aceitação do Secretariado das Nações Unidas em elevar o nível da capacidade, uma Declaração de Requisito da Tropa (SUR, sigla em inglês) genérico é enviado ao país contribuinte para basear a organização da unidade. Concomitantemente, o país contribuinte deve encaminhar a Lista dos Equipamentos Pesados, Lista dos Equipamentos de Autossustento, <i>Cargo Load List</i> , a indicação do porto de embarque de material e os cronogramas de desdobramento de tropa para a missão de paz. O Departamento de Suporte Operacional (DOS) e o SFGCPC analisam a documentação enviada e validam a elevação da capacidade (<i>United Nations</i> , 2019.01, itens 13.2 e 13.3).
1.5.1	Confecção do Cargo Load List, ME, SS, etc.	90 dias	-	Realização do Planejamento da Estruturação Logística do BI F Paz (Leve) com a participação de 3 Of COLOG, 1 Of 4ªSch EME, 1 Of COTER, 1 Of DCT, 1 Of DEC e 1 Of DGP/D Sau (8 Mil), por um período de 4,5 dias, no RJ em 2 oportunidades. A duração total dos trabalhos é de aproximadamente 90 (noventa) dias.
1.6	Elevação Nível Rapid Deployment Level (RDL)	75,5 dias	-	Mais uma vez, o DOS solicita o envio das documentações listadas para a elevação ao Nível 3. Somente após o envio dos equipamentos listados da Lista de Major Equipments (ME) o DPO/DPS é marcado uma Visita de Verificação (VV, sigla em inglês). Durante a VV o Estado-Membro deverá atentar para os seguintes aspectos: - demonstrar o funcionamento de 100% dos equipamentos listados no Major Equipments (ME) e Self-Sustainment (SS), com a capacidade de auto-manutenção dos materiais; - demonstrar a seleção dos comandantes e integrantes da tropas; - demonstrar o treinamento de todos os militares integrantes do contingente em acordo com o treinamento básico e determinados pela ONU;
1.6.1	Reuniões Iniciais do Preparo	19,5 dias		As Reuniões Iniciais do Preparo é composta por: - Reunião Inicial do Preparo (realizada no Cmdo Mil A); - Reunião Inicial do Preparo (realizada na DE); - Reunião de Coordenação do Preparo (realizado na Bda enquadrante do Preparo).
1.6.2	EPCOEM (CCOPAB)	4,5 dias	COTER, Bda Prep e CCOPAB	O Estágio de Preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-Maior de Organização Militar de Força de Paz (EPCOEM) é realizado na Guarnição da Brigada responsável. A quantidade de militares envolvidos são 5 (cinco) instrutores convidados, 2 (dois) militares do COTER para acompanhar as atividades e 20 (vinte) militares do BI F Paz (Leve). A aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias se faz necessário aos militares em deslocamento para a Guarnição do Preparo. São custeados os valores para a aquisição de material de expediente, pagamento de luz e água, gastos com a concentração de tropa e aquisição de meios auxiliares de instrução. Recursos são repassados ao CCOPAB para a aquisição de materiais permanentes para melhoria da instrução. A duração do Estágio é de 4,5 dias, mas é necessário adquirir materiais com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias.
1.6.3	EPCOSUPel (CCOPAB)	10 dias	COTER, Bda Prep e CCOPAB	O Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidades e de Pelotão (EPCOSUPel) é realizado na Guarnição da Brigada responsável. A quantidade de militares envolvidos são 5 (cinco) instrutores do CCOPAB, 3 (três) instrutores convidados, 2 (dois) militares do COTER para acompanhar as atividades e 20 (vinte) militares do BI F Paz (Leve). A aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias se faz necessário aos militares em deslocamento para a Guarnição do Preparo. São custeados os valores para a aquisição de material de expediente, pagamento de luz e água, gastos com a concentração de tropa e aquisição de meios

				auxiliares de instrução. Recursos são repassados ao CCOPAB para a aquisição de materiais permanentes para melhoria da instrução. A duração do Estágio é de 10 dias, mas é necessário adquirir materiais com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias. Estágio de Cmt SU/Pel (EPCOSUPEL), Duração: 10 dias. Incluso Aquis Mat e Sv para o estágio (Mat Expediente, QR, luz, água e telefone, meios auxiliares de instrução, maquetes, Mnt Armt, Vtr e Eqp, etc.). 1/2 diária. Apoio de 5 Of Instrutor de outras OM e 1 Of COTER. (Total: 31 Of Btl + 5 Instr + 1 Of COTER = 37 Of)
1.6.4	Treinamento Tropa	21 dias	Bda Preparo	Atividades composta pela realização dos módulos de tiro propostos pelo CCOPAB (MTIA, MECB, METR e Armto menos letal), Instrução CPTM e Execução dos Estágios de Capacitação (Essenciais e Imprescindíveis).
1.6.5	1 Rec CCOPAB	4,5 dias	CCOPAB	1 Viagem de Reconhecimento do CCOPAB para a montagem do EBOP e EAOP. 1 Of Cmt, 3 Of Sup, 2 Of Int e 2 Sgt. (8 Mil), por 5 dias na Gu Bda Preparo. Aluguel de veículos para o Rec.
1.6.6	2 Rec CCOPAB	4,5 dias	CCOPAB	2 Viagem de Reconhecimento do CCOPAB para a montagem do EBOP e EAOP. 1 Of Cmt, 2 Of Sup, 2 Of Int e 4 Mil CAAdEx. (9 Mil), por 5 dias na Gu Bda Preparo. Aluguel de veículos para o Rec.
1.6.7	Infraestrutura de Apoio	4,5 dias	Bda Prep	Custeio com pessoal e instalações de todas as OM Encarregadas de Preparo, até 10 OM. Essa Atv possibilita a contratação de Sv, aquisição de Mat e aparelhos elétricos/eletrônicos voltados para a instrução (módulos SGTm) e medidas administrativas da tropa envolvida no preparo. Ex: Mat expediente, Sv gráficos, Data Show, TV, Simuladores, aparelhos fax, copiadoras, impressoras, reforma e adaptações de instalações para Instrução e alojamento, melhoria em instalações de alojamento da tropa, da Formação Sanitária da OM, alojamento da tropa, Grupo de Apoio à Família, etc.
1.6.8	Concentração da Tropa Gu Preparo	10 dias	Bda Prep	Custeio com pessoal e instalações de todas as OM Encarregadas de Preparo, até 10 OM. Essa Atv possibilita a contratação de Sv, aquisição de Mat e aparelhos elétricos/eletrônicos voltados para a instrução (módulos SGTm) e medidas administrativas da tropa
1.6.9	EBOP	4,5 dias	Bda Prep	O Estágio Básico de Operação de Paz (EBOP) tem a duração de 5 a 10 dias e é realizado por meios de "oficinas", podendo variar de acordo com as atividades a serem desenvolvidas pelo Batalhão na área de missão. O Comando do Batalhão tem a missão de coordnar e montar o EBOP e pode ser apoiado por militares do CCOPAB e Centro de Adestramento. Normalmente são utilizadas um total de 20 a 30 oficinas, por estágio
1.6.10	EAOP	4,5 dias	CCOPAB	O Exercício Avançado (EAOP) é realizado no período final do preparo com o objetivo principal de avaliar o preparo, o adestramento e a eficiência profissional da tropa avaliada a ser desdobrada. O CCOPAB por meio de eventos coordenados e integrados entre a tropa, atores, role players, figurações, jornalistas, acadêmicos e da população local realiza diversas interações para treinar as células das frações avaliadas e a ativação de todos os sistemas operacionais.
1.6.11	Certificação Visita de Verificação (VV)	4,5 dias	COTER, EME, etc	Viagem para acompanhar a VV com 3 Of Gen (EME, COTER e COLOG), 2 Of Sup EME, 1 Of COLOG por 3 dias, de Brasília/DF para Cascavel/PR. 6 Mil. Apoio a Bda Prep para Visita AAV.
1.6.12	Aquisição de Combustível para Preparo	1 dia	COLOG	Aquisição de combustível (óleo diesel e gasolina) para as instruções da tropa. Descentralização dos recursos para o Comando Logístico (COLOG) e distribuição para as OM Sede do Preparo.

1.6.14	Reserva de Contingência (RC)	4,5 dias	COTER	Valor de Reserva de Contingência a cargo do Ch Mis Paz Av e IGPM para atribuições externas e não planejadas no presente estudo no valor de 5% a 10% do custo total.
1.7	Manutenção Nível RDL	14 dias	-	Por determinação das Nações Unidas, após a inserção no Nível RDL o país deverá permanecer por no máximo 1 (um) ano como força de prontidão, tomando por base o ano fiscal da ONU. ...
1.7.1	Execução Módulos Tiro	5 dias	Bda Prep	Munição Preparo BI F Paz (Leve)
1.7.2	Montagem da Estrutura Exe Carta (EM)	4,5 dias	COTER	Montagem de Exe na Carta com a participação de militares do EM do BI F Paz, com duração de 5 dias e a participação de militares do CCOPAB e do Centro de Adestramento para a confecção dos incidentes. ...
1.7.3	Montagem da Estrutura Exe Carta	4,5 dias	COTER	Montagem de Exe na Carta com a participação de militares do EM do BI F Paz, com duração de 5 dias e a participação de militares do CCOPAB e do Centro de Adestramento para a confecção dos incidentes. - COTER: 1 Of Gen e 2 Of Sp (3 dias); - CCOPAB: 4 Of Sp e 2 Of Interm; - CA-L: 4 Of Sp e 2 Of Interm. Montagem da estrutura para a execução do Exe, com base nos cálculos previstos pela Ch Prep (Seq de Simulação)
1.8	Atividades Pré Desdobramento	60 dias	-	As atividades de pré-desdobramento, durante a preparação para a MINUSTAH, até 2017, eram realizadas conjuntamente com as atividades de preparo para o desdobramento da missão. Com a mudança da sistemática para o UNPCRS, o contingente a ser desdobrado em uma operação de paz não necessita realizar as avaliações médicas, laboratoriais, física e psicológicas nos níveis 1, 2, 3 e RDL do UNPCRS. Essas atividades podem ser realizadas durante o período de prontidão, após a certificação da VV e a assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) do TCC com a ONU. Além das avaliações citadas, os contingentes a serem desdobrados necessitam realizar a vacinação, pintura dos equipamentos no padrão ONU, reconhecimento na área da missão e o deslocamento para o porto de embarque, na situação listada acima. O prazo para o desdobramento da tropa após a consulta das Nações Unidas deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias. A preocupação maior para o desdobramento de tropa em uma missão, após cumprir todas as exigências para a ascensão ao Nível RDL, está no cumprimento dos prazos.
1.8.1	Negociação do MOU	9 dias	COTER, EME,	Gastos com o pagamento de diárias e aquisição de passagens para 4 Of Sp (COTER e EME)
1.8.2	Avaliações Contingente	20 dias	Bda Prep	Atividades realizadas para analisar a possível existência de doenças ou necessidades especiais dos militares a serem desdobrados na missão. É composta por exames médicos e laboratoriais, exame de DNA, avaliação física e psicológica.
1.8.3	Vacinação	3 dias	Bda Prep	Realização de vacinação em de militares (titulares e reservas) do BI F Paz. - Hepatite A em duas doses. Dados estatísticos demonstram que apenas 2% necessitam de vacina. Valor da vacina R\$ 176,00.
1.8.4	Pintura MEM (Padrão ONU)	20 dias	Bda Prep	Pintura dos equipamentos e MEM do BI F Paz, perfazendo um total de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) viaturas com o gasto de 4 galões de tinta branca, lixa, tinner, etc.. Gasto aproximado para a pintura de uma viatura R\$ 2.650,00.
1.8.5	Reconhecimento Área Missão	9 dias	COTER	Viagem de Reconhecimento do BI F Paz à área da missão composta por 1 Of Gen do COTER, 2 Of Sp do MD, 1 Of Sp EME e 10 Of Sp do Batalhão, com duração de 9 dias. ...

1.8.6	Treinamento Pré Desdobramento	15 dias	Bda Prep	As atividades de Treinamento consiste na realização de módulos de tiro, montagem de Exercício na Carta para (EM e Cmt SU e Pel), com duração de 4,5 dias e Exercício Final Pré Desdobramento (EAOP Reduzido).
1.8.7	Deslocamento Embarque	Contingente 4,5 dias	Bda Prep	Consiste em apoiar com meios o deslocamento do BI F Paz para o porto de embarque, em coordenação com a ONU para a disponibilidade de ônibus para o transporte. Utilizou-se para fins de planejamento a duração da viagem em 2 dias para ida/retorno e 1 dia de